

UNIVERSIDADE DO SAGRADO CORAÇÃO

RAFAELA ALVES DE FREITAS

**A SAGA STAR WARS SOB A PERSPECTIVA DAS TEORIAS
DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

BAURU
2017

RAFAELA ALVES DE FREITAS

**A SAGA STAR WARS SOB A PERSPECTIVA DAS
TEORIAS DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade do Sagrado Coração, como parte dos requisitos para obtenção do título de bacharel em Relações Internacionais, sob orientação da Prof.^a M^a Roberta Cava.

BAURU
2017

Freitas, Rafaela Alves de

F8667s

A saga Star Wars sob a perspectiva das teorias de
Relações Internacionais / Rafaela Alves de Freitas. -- 2017.
72f. : il.

Orientadora: Prof.^a M.^a Roberta Cava.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em
Relações Internacionais) - Universidade do Sagrado
Coração - Bauru – SP.

1. Teoria das Relações Internacionais. 2. Paz. 3. Poder.
4. Segurança. 5. Star Wars. I. Cava, Roberta. II. Título.

RAFAELA ALVES DE FREITAS

**A saga Star Wars sob a perspectiva das teorias de relações
internacionais**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Centro de Ciências
Sociais Aplicadas da Universidade do
Sagrado Coração como parte dos
requisitos para obtenção do título de
bacharel em Relações Internacionais sob
orientação do Prof.^a M^a Roberta Cava.

Bauru, 29 de novembro de 2017.

Banca examinadora:

Prof.^a M^a. Roberta Cava
Universidade do Sagrado Coração

Prof.^a M^a. Beatriz Sabia Ferreira Alves
Universidade do Sagrado Coração

Prof. Dr Bruno Vicente Lippe Pasquarelli
Universidade do Sagrado Coração

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais por me proporcionarem a oportunidade de galgar um novo patamar em minha vida e por terem me apoiado e compreendido as minhas decisões acadêmicas.

De mesma forma, agradeço à minha avó Ceres por todo o apoio desde sempre, sem dúvidas ou objeções, apenas seu amor incondicional.

Agradeço aos professores, sem exceções, desde o Jardim I até o oitavo semestre da Universidade. É muito óbvio que sem eles eu não conseguiria escrever um parágrafo sequer, tampouco 50 páginas críticas.

Agradeço à incrível coordenadora do curso de Relações Internacionais da Universidade do Sagrado Coração, Beatriz Sabia, por buscar incessantemente pelo melhor plano de ensino, com muito amor, e por proporcionar que a nossa evolução acadêmica seja melhor a cada semestre.

Agradeço em especial à minha orientadora, Roberta Cava, por aceitar o desafio de orientar alguém fissurado em *Star Wars* e me auxiliar na árdua tarefa de relacionar a Saga com as teorias de Relações Internacionais. Em suma, agradeço pelo excepcional trabalho e, sobretudo, pela confiança em minha pessoa.

E, por fim, agradeço imensamente à Verônica por toda a paciência para comigo, mesmo quando eu estava no momento mais impaciente dos últimos tempos. Agradeço por seu amor, carinho e afeto que sempre sobressaem, não importam as adversidades. Com toda a certeza, este projeto não teria êxito sem a sua ajuda. Obrigada, meu amor, por todas as madrugadas estudando comigo a fim de evitar que eu entrasse em pânico.

"Do it or do not; there is no try". – Mestre
Yoda

RESUMO

O cinema sempre esteve muito presente na vida cotidiana dos indivíduos, não é para tanto que é considerado a sétima arte. com base nessa premissa, buscou-se neste trabalho abordar temáticas presentes no enredo da saga star wars e correlaciona-las com as perspectivas teóricas de relações internacionais e seus principais autores, entre elas os pensamentos referentes a paz, poder e a segurança. no mais, através dessas correlações apontar de forma explicativa como estas teorias presentes nos filmes podem estar presentes da vida cotidiana de uma forma intrínseca mesmo que o expectador não as perceba. para este trabalho foi utilizado o método dedutivo e comparativo, uma vez que para a realização deste projeto foi necessária a comparação entre as teorias e os filmes e a dedução entre as teorias que melhor se relacionavam com as premissas expostas na saga cinematográfica.

Palavras-chave: Teoria das Relações Internacionais. Paz. Poder. Segurança. Star Wars.

ABSTRACT

Cinema has always been very present in the daily life of individuals, it is not so much that it is considered the seventh art. Based on this premise, this work sought to address the themes present in the Star Wars Saga storyline and correlates them with the theoretical perspectives of International Relations and its main authors, among them the thoughts about peace, power and security. Moreover, through these correlations, point out in an explanatory way how these theories present in the films can be present in everyday life in an intrinsic way even if the spectator does not perceive them. For this work was used the deductive and comparative method, since for the accomplishment of this project it was necessary to compare the theories and the films and the deduction between the theories that best related to the premises exposed in the cinematographic saga.

Keywords: Theory of International Relations. Peace. Power. Safety. Star Wars.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Vice-Rei Nute Gunray e Darth Sidious.....	48
Figura 2 - Disfarce da Rainha Amidala.....	50
Figura 3 - Princesa Leia	52
Figura 4 - Princesa Leia comandando a defesa da Base Rebelde em Hoth	53
Figura 5 - Han Solo, Leia e Chewbacca.....	54
Figura 6 - Sheev Palpatine discursando.....	56
Figura 7 - Darth Sidious instaurando o Império Galáctico	57
Figura 8 - Mestre Yoda.....	58
Figura 9 - Luke Skywalker e Mestre Yoda em Dagobbah.	59
Figura 10 - Obi-Wan Kenobi usando o truque mental	60
Figura 11 - Stormtroopers persuadidos por Obi-Wan.....	61
Figura 12 - Grande Moff Tarkin	63
Figura 13 - Estrela da Morte prestes a destruir Alderaan.....	64
Figura 14 - Mapa Oficial de Star Wars	65
Figura 15 - Shmi Skywalker, mãe de Anakin Skywalker	66

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ONU Organização das Nações Unidas

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 AS TEORIAS DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS	16
2.1 REALISMO	16
2.2 IDEALISMO	19
2.3 LIBERALISMO.....	21
2.3.1 Neoliberalismo e Interdependência Complexa	23
2.4 CONSTRUTIVISMO	24
2.5 FEMINISMO	26
2.6 MARXISMO	28
3 AS CORRENTES TEÓRICAS EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS E SEUS AUTORES	30
3.1. PODER.....	30
3.1.1 Clausewitz e poder bélico	31
3.1.2. O Poder Realista de Edward Carr	32
3.1.3. O Equilíbrio de Poder de Hans Morgenthau	33
3.1.4 Os Poderes Múltiplos de Joseph Nye	34
2.2 SEGURANÇA.....	36
2.2.1 Segurança e Status Quo para Morgenthau	36
2.2.2 A Segurança Interdependente de Nye	36
2.3 ECONOMIA	37
2.3.1 John Locke	38
2.3.2 Karl Marx	38
2.4 POLÍTICA	39
2.4.1 Raymond Aron	40
2.4.2 Thomas Hobbes	40
2.4.3 Nicolau Maquiavel	42

2.5. PAZ.....	43
2.5.1 Immanuel Kant	44
2.5.3 Jean-Jacques Rousseau	45
2.5.4 Amartya Sen	46
4 OS DISCURSOS DE STAR WARS	47
4.1 FEDERAÇÃO DE COMÉRCIO E A PREMISSA LIBERAL.....	48
4.2 A REPRESENTAÇÃO FEMININA E O EMPODERAMENTO REVOLUCIONÁRIO	49
4.3. PALPATINE: DE SOBERANO AO LEVIATÃ.....	55
4.4 A PAZ IDEALISTA DOS JEDI	57
4.5 O REALISMO DO IMPÉRIO GALÁCTICO	61
4.6 A ESCRAVIDÃO DA ORLA EXTERIOR E A EXPLORAÇÃO DO TRABALHO DE KARL MARX.....	64
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	67
REFERÊNCIAS	70

1 INTRODUÇÃO

Em 1919, na Universidade de Gales, em Aberystwyth, no Reino Unido, foi criada a primeira cadeira de Relações Internacionais – a cadeira Woodrow Wilson. A instituição mostrou seu pioneirismo ao reconhecer e incluir Relações Internacionais como disciplina acadêmica. A partir disso, temas como guerra, paz, segurança e cooperação, tópicos presentes e persistentes ao longo de toda a história, começam a ser tratados diante de uma perspectiva interdisciplinar.

As Relações Internacionais compilam diversas teorias de áreas da política, da economia e do direito, criando, dessa forma, uma nova esfera a fim de desenvolver debates acerca dessas teorias, suas ideias e ideologias. Desse modo, essa característica multidisciplinar nos permite explorar as Relações Internacionais sob perspectivas diferenciadas, como por exemplo, por meio da arte.

A arte, por sua vez, opera em distintos âmbitos da sociedade, com proporções e concepções diferentes, por intermédio da cultura, se inteirando com vários elementos estruturais e sociológicos; tais interações auxiliam a delinear a real dimensão cultural presente nas Relações Internacionais. Ao tratarmos da arte, percebemos que há possibilidade de fazermos sua utilização como estratégia para tentarmos entender e resolver assuntos do cenário internacional.

Elencado como a Sétima Arte, o cinema, sendo um campo visual, consegue traduzir a sociedade, relacionamentos e dinâmicas sociais e de poder. Ao analisar um filme e compreender a sua mensagem, o cinema inflama o questionamento do indivíduo, de modo que o faça inquirir e assimilar sobre os problemas sociais abordados naquele panorama.

De uma forma geral, sabemos que as ideologias e teorias são intrínsecas à natureza humana e que a vida, por seu lado, segue sua direção característica e que as artes exibem a realidade em sua singularidade. Assim, podemos dizer que ao mesmo tempo em que visamos identificar lógicas gerais por meio das teorias nas motivações, com o cinema conseguimos extrair o que há de peculiar e único delas. Ou seja, conciliando as teorias e as artes, voltamos nosso olhar para o que é mais humano e, conseqüentemente, individual.

O grande fascínio por *Star Wars*, a obra prima exposta por George Lucas, transcende as fronteiras culturais do globo, de forma que os elementos inseridos no conteúdo dos filmes excederam as limitações trazidas pela superficialidade de

enredo ao longo deles, resultando na expansão de seu universo. Da mesma maneira que é breve, uma vez que o tempo de exposição nas telas é restrito, se torna rica o bastante para trazer os questionamentos e respostas, de modo que seja possível refletir e correlacionar com a realidade do cenário real global.

A partir da primeira compreensão dos filmes é possível realizar uma reflexão acerca da história da humanidade e sua estruturação. Com a República e o Império, *Star Wars* aborda as noções das relações de poder. Assim como retrata fundamentos da conquista e defesa das liberdades por meio da Ordem Jedi e da Ordem dos Lordes Sith. Muito presente nas obras, as questões econômica e de paz marcam os períodos de conflito que simbolizam a saga.

Os filmes de *Star Wars* propõem uma leitura geopolítica da trama, envolvendo temáticas territoriais, de dominação e estratégicas, não se atrelando, portanto, somente ao mundo da ficção. A terminologia da geopolítica reside no cerne do enredo, estruturando e interligando seus episódios, tal como, se articula com a veracidade de nosso quadro global.

Em vista disso, por meio desse trabalho, foi apresentado como o filme retrata a realidade por meio das lentes e explica algumas teorias de modo simples e fácil a ser compreendido por inexperientes no assunto. Assim, o escopo desta produção traduziu-se na incitação do questionamento da conjuntura e do cotidiano dos leitores, demonstrando como as correntes teóricas estão intrínsecas na cultura popular mesmo sem a compreensão dos telespectadores.

No que tange ao sentido acadêmico, este estudo buscou inquirir sobre uma das maiores sagas populares e tradicionais do cinema, buscando a fundo sobre como as teorias e conhecimentos adquiridos durante o decorrer do curso podem estar presentes até mesmo nos prazeres populares, como, por exemplo, obras cinematográficas. Foi, também, o objetivo deste trabalho, fomentar o interesse dos acadêmicos a se aproximarem de temas comuns na sociedade, os quais não possuem caráter teórico como finalidade, mas que, no entanto, têm uma crítica velada em formato de entretenimento.

O problema apurado foi a presença das discussões das Relações Internacionais nas grandes sagas cinematográficas, sendo averiguada de qual forma *Star Wars* pode ser utilizado como exemplo visual teórico para leigos. Ademais, foi examinada a importância das teorias de Relações Internacionais para a compreensão dos questionamentos presentes neste projeto, bem como a relevância

dos discursos de *Star Wars* como analogia à realidade e de que modo o estudo realizado pode despertar a força para tal assimilação como efeito.

Objetiva-se, com essa pesquisa, elucidar o impacto de *Star Wars*, como saga cinematográfica, em seus discursos no campo teórico das Relações Internacionais; delinear um paradoxo entre as películas cinematográficas que compõem o universo de George Lucas e os discursos presentes em nossa realidade. Também se propõe uma análise minuciosa dos filmes, junto da leitura e compreensão dos teóricos pertinentes às Relações Internacionais, bem como estabelecer uma analogia entre o mundo ficcional e o real, de modo a explorar a estrutura da Saga e identificar as construções ideológicas contidas nos discursos que a engendram.

A abordagem escolhida para este projeto foi o método dedutivo, dado que aspectos específicos do universo cinematográfico de *Star Wars* e teorias da área de Relações Internacionais foram analisados. Já no que concerne à metodologia, opta pelo método comparativo, visando a compreensão da realidade através da comparação com os filmes de *Star Wars*.

Portanto, utilizar o cinema como um recurso para o aprendizado é de muita utilidade e se torna vantajoso no âmbito das Relações Internacionais pela razão de a política internacional não possuir eventos lineares, haja vista a composição de diversas alianças, jogo de interesse e também desencadeamento de conflitos. Logo, percebemos que há certa complexidade, envolvendo elementos culturais que transcendem as justificativas política e econômica, tratadas pelos estudiosos como elementos determinantes.

2 AS TEORIAS DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Ao longo deste trabalho recorreremos às principais teorias de Relações Internacionais pertinentes à compreensão de seus discursos na saga cinematográfica *Star Wars*. Assim como Sarfati (2005) explana em seu livro, as Relações Internacionais detêm uma vasta diversidade teórica. Desse modo, abordaremos as correntes teóricas mais relevantes para o entendimento desta monografia: Realismo, Idealismo, Liberalismo, Construtivismo, Interdependência Complexa, Marxismo e Feminismo.

Neste momento do trabalho, a proposta fundamental é apresentar as premissas básicas dessas teorias. Na etapa seguinte da pesquisa, entretanto, aprofundaremos a exploração dessas teorias por meio da articulação destas com a trama da saga *Star Wars*.

2.1 REALISMO

Uma das principais correntes teóricas no campo das Relações Internacionais é o realismo. Desde o século XX, quando a disciplina surgiu, ela tem tido muita relevância para compreendermos o cenário da política internacional. Há grande diversidade de autores sendo inseridos ao debate realista, proporcionando novas perspectivas e configurações sobre como tratar a realidade internacional.

Dentre a amplitude do realismo e as interpretações que se distinguem entre si, entendemos que há a existência de características comuns entre as contribuições teóricas que rumam na mesma vertente do realismo. Ao longo deste tópico será apresentado um rápido panorama dessas premissas.

Os Estados são os principais atores das Relações Internacionais, que por sua vez, são relações interestatais. Assim, são atores unitários e racionais que enfatizam apenas o que acontece no sistema internacional. Ou seja, para os realistas aquilo que ocorre dentro dos Estados não tem relevância para a análise das Relações Internacionais (NOGUEIRA e MESSARI, 2005, p. 24).

Os autores realistas também conceituam que o sistema é anárquico, isto é, há a inexistência de um poder absoluto que seja acima dos Estados. Dessa forma, não há uma autoridade determinando regras e impondo como os Estados devem se

portar. Os atores não-estatais não possuem tamanha relevância perante às Relações Internacionais, exercendo uma influência indireta e sempre por meio dos Estados (SARFATI apud VIOTTI e KAUPPI, 2005, p. 38).

Outra asserção é que a segurança nacional significa a busca pela sobrevivência, já que outra autoridade legítima para impor decisões está ausente. Os teóricos reconhecem que defender o interesse nacional é a prioridade deles (*high politics*), já a economia e demais questões têm menor relevância (*low politics*): “[...] a segurança dos indivíduos só é mantida uma vez que a segurança do Estado do qual faz parte é mantida” (NOGUEIRA e MESSARI, 2005, p. 28). É priorizado principalmente o poder militar entre os Estados e o desequilíbrio desse poder é o cerne dos conflitos de interesses entre eles.

Mais um aspecto das teorias realistas é que a política se determina por relações de poder. Esse pode ser compreendido pela política, economia e tecnologia, por exemplo, ou até mesmo por sua influência. Segundo Morgenthau (2003), o poder pode ser utilizado para manter o *status quo*, para demonstrá-lo ou simplesmente expandi-lo. Já Waltz (1979) configura o poder para garantir a sobrevivência e segurança.

A esse respeito, Nogueira e Messari atentam que

Para alguns realistas, mais do que o poder em si, é o equilíbrio de poder que importa, enquanto, para outros realistas, os Estados devem buscar o poder como um fim em si mesmo. Precisamente, uma das diferenças mais destacadas entre realistas e liberais [...] é o fato de os realistas enfatizarem os ganhos relativos, ou seja, quanto um Estado ganha em relação aos demais, enquanto os liberais destacam os ganhos absolutos, ou seja, quanto ganham conjuntamente. (NOGUEIRA e MESSARI, 2005, p. 24)

Em decorrência da anarquia internacional, outra premissa fundamental para a compreensão de como essa corrente teórica estuda a política global é a de autoajuda (*self-help*). Como os Estados são obrigados a lutar por sua sobrevivência, e não existe uma autoridade que garanta a segurança deles e regulamente o sistema internacional, cada um conta com suas próprias capacidades de defesa. Cabe ressaltar que isso não quer dizer que não haja a possibilidade de apoio e cooperação, mas sim, que a precaução deve ser constante e quaisquer acordos de cooperação na esfera de segurança pode ser quebrado se for de proveito nacional.

2.1.1 Neorealismo e Realismo Estrutural

Ao final de 1970, diante de muitas críticas, o Realismo necessitava de revitalização para manter sua relevância no campo das Relações Internacionais. O neorealismo surge com o trabalho de Kenneth Waltz, propondo uma renovação e também crítica ao Realismo Moderno, diferenciando principalmente quanto ao foco. Nesse sentido, como Sarfati (2005) leciona, o Realismo foca no Estado, o Neorealismo da política internacional:

O surgimento e a confirmação da relevância dos assuntos econômicos puseram em dúvida a centralidade do papel desenvolvido pelo Estado nas Relações Internacionais e, com isso, colocou-se a questão da relevância de atores como as empresas multinacionais, as organizações internacionais, assim como algumas organizações não-governamentais. (NOGUEIRA e MESSARI, 2005, p. 42)

Waltz, em sua obra *Theory of International Politics* (1979), propõe uma nova discussão acerca da teoria Realista. O autor não discorda da racionalidade do comportamento dos Estados, no entanto, argumenta que, ao se comportarem de tal forma, devem estar preparados para o comportamento de outros Estados. Desse modo, a principal questão tratada pelo autor é a busca pelo equilíbrio de poder. Em uma esfera anárquica, a fim de buscar a sobrevivência, os Estados incrementam suas competências, por meio de esforços internos, e utilizam de esforços externos a partir da formação de alianças (WALTZ, 2002).

A esse respeito,

[...] o balanço do poder parte da premissa de que os Estados são unidades que, no mínimo, desejam preservar a si próprios e, no máximo, pretendem dominar o universo. Em função desses objetivos, os Estados utilizam meios internos para alcançá-los, como estratégias de aumento da força militar ou econômica, e meios externos, como tentativas de aumentar o número de Estados em sua aliança ou diminuir a aliança de um Estado opositor. (SARFATI, 2005, p. 150)

Nota-se que os autores, apesar das particularidades de suas abordagens, compartilham a percepção de que a política internacional pode ser um cenário conveniente a conflitos, dada a liberdade decisória dos Estados.

O realismo estrutural, por sua vez, revela o anarquismo presente no sistema, sendo o agente que delinea a conduta dos Estados, e propõe uma releitura do neorealismo ao inserir reflexões acerca das habilidades estatais relacionadas à tecnologia. Essa releitura, surgida no início da década de 1990, aprofunda o nível de análise realista e neorealista em suas essências, esmiuçando as capacidades dos

Estados em campos diversos e o quão especializados eles são. (SARFATI, 2005, p. 307).

Trata-se, portanto, de retomar a abordagem realista no âmbito da relação de causa e efeito, pois há países que, a despeito de um poder militar concretizado, podem não dispor de grandes recursos tecnológicos, ou o contrário. Por esse motivo, o Realismo Estrutural acrescenta à fundamental tríade neorrealista “sistema, estrutura e unidades” o elemento “interação dos níveis de análise”.

A interação dos níveis de análise traz consigo uma análise das capacidades das unidades de um sistema, sendo elas a capacidade tecnológica e as normas e organizações comuns. (SARFATI, pp. 310-312). De acordo com o nível de integração dessas capacidades com o agente, que se dão fundamentalmente por meio da linguagem estabelecida entre eles, um Estado é capaz de se estruturar de forma a distribuir as capacidades, ou enfatizar uma delas em detrimento da outra.

2.2 IDEALISMO

Entre as décadas de 1920 e 1930, o campo das Relações Internacionais foi dominado por sua primeira teoria: o Idealismo. Seu princípio basilar é o de que defender o Direito Internacional seria o suficiente para evitar as guerras. Ademais, a vertente salienta que os episódios internacionais são mais influenciados pela moralidade, altruísmo e organizações multilaterais, do que pelo poder de força e interesse. De mesmo modo, os teóricos idealistas acreditam que a humanidade pode ser uma base para uma relação mundial pacífica, cooperativa e igualitária.

O idealismo endossa e contribui para o funcionalismo dos organismos internacionais do século XX. Também pode ser considerado como a escola isonômico-legalista, cujos teores de eficácia do Direito Internacional Público e a igualdade dos Estados trariam estabilidade, a paz e a segurança. O idealismo representa a governança legalista, moral e principista dos organismos internacionais, especialmente do Sistema da ONU, cuja Carta tem prevalência (Artigo 103), para se evitar o estado da natureza hobbesiano onde a vida é curta, bruta e em constante estado de guerra e crueldade. (CASTRO, 2012, p. 347)

O presidente Thomas Woodrow Wilson, propulsor do idealismo, acreditava que o modo como a diplomacia e as alianças foram conduzidas ao final do século XIX e início do século XX, somadas à busca pelo poder, está ligado às causas da Primeira Guerra Mundial.

A partir disso, Woodrow criou os Quatorze Pontos – que regem a vertente idealista das Relações Internacionais, incentivando, via de regra, a pacificação das relações entre Estados. Abaixo, destacamos os pontos que mais enfaticamente ilustram essa percepção:

1. Tratados de paz após negociações à luz do dia, a fim de acabar com a diplomacia secreta.
2. Livre navegação em todos os oceanos, em tempo de paz e em tempo de guerra.
3. Tanto quanto possível, supressão de todas as barreiras alfandegárias (isto é, o livre acesso das mercadorias americanas aos mercados até então protegidos).
4. Desarmamento, sempre que possível, sem ameaçar a ordem interna.
5. Resolução dos problemas coloniais, respeitando o bem-estar dos colonizados tanto como as exigências dos colonizadores. [...]
14. Criação de uma Sociedade das Nações que assegure a independência política e a integridade dos Estados grandes e pequenos. (WILSON *apud* SARFATI, 2005, p. 82-83)

A teoria incita que a paz pode ser alcançada por meio de um foro constituído por nações buscando o cumprimento das normas e regras do Direito Internacional. Assim como os indivíduos têm direitos e deveres perante sua comunidade, os Estados possuem o mesmo princípio. Desse modo, a criação da Liga das Nações seria um contrato de acordo com leis, costumes, direitos e obrigações.

A questão chave do Idealismo é a “racionalidade da adesão ao direito internacional, ou seja, os Estados devem aceitar as regras do direito não por altruísmo, mas por puro exercício do interesse próprio” (SARFATI, 2005, p. 85). À vista disso, a boa convivência do Estado com os demais permite sua sobrevivência. Se houver uma lacuna no entendimento do Direito Internacional implicará diretamente na construção da paz, ocasionando a guerra.

Entendemos que a Liga das Nações foi criada a partir de um contexto de crise pós-guerra. No entanto, seu insucesso resultou de uma série de problemas estruturais; mecanismos políticos e econômicos ineficientes; e também a falta de um planejamento que visasse a paz, segurança e estabilidade das nações, causando o não comprometimento dos países membros.

Três fatores elucidam o fracasso da Liga das Nações: grandes potências, como os Estados Unidos, não se tornaram membros; os signatários não auxiliaram economicamente para uma ação em conjunto; e o ambiente, como explanado no parágrafo acima, propiciou a eclosão de nacionalismos e fascismos. O

esfacelamento da Liga originou a ONU e serviu indiretamente para o surgimento de organizações internacionais no pós Segunda Guerra Mundial.

Partindo da premissa idealista que visa o bem comum, na contemporaneidade, até dado momento, não há histórico de que um país tenha sido altruísta ao ponto de colocar os interesses alheios afrente dos seus. Ao pensarmos sobre isso, percebemos que se o idealismo fosse tangível, a ONU seria perfeita ao manter seus propósitos¹ e princípios² presentes na Carta das Nações Unidas – o documento mais importante da Organização. O Conselho de Segurança existe para apaziguar os conflitos mundiais, entretanto, o que vemos são as potências utilizando-se do Conselho para o seu próprio benefício.

2.3 LIBERALISMO

O Liberalismo tem como pauta principal o indivíduo e a proteção de sua autonomia. Ao passo em que o sujeito tem sua liberdade para buscar a realização daquilo que o interessa, gera uma positivação social. Outra pauta importante é a de que as organizações políticas auxiliam no progresso da sociedade humana.

O Estado é visto como um mal necessário e uma ameaça potencial (NOGUEIRA e MESSARI, 2005, p. 66). Desse modo, compreendemos que o Estado é importante para assegurar a proteção de seus indivíduos e, para os teóricos liberais, a tensão de um potencial conflito é uma ameaça constante à liberdade dentro dos Estados.

¹ Manter a paz e a segurança internacionais; desenvolver relações amistosas entre as nações; realizar a cooperação internacional para resolver os problemas mundiais de caráter econômico, social, cultural e humanitário; promovendo o respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais; ser um centro destinado a harmonizar a ação dos povos para a consecução desses objetivos comuns. (ONU, Carta das Nações Unidas, 1945)

² A Organização se baseia no princípio da igualdade soberana de todos seus membros; todos os membros se obrigam a cumprir de boa-fé os compromissos da Carta; todos deverão resolver suas controvérsias internacionais por meios pacíficos, de modo que não sejam ameaçadas a paz, a segurança e a justiça internacionais; todos deverão abster-se em suas relações internacionais de recorrer à ameaça ou ao emprego da força contra outros Estados; todos deverão dar assistência às Nações Unidas em qualquer medida que a Organização tomar em conformidade com os preceitos da Carta, abstendo-se de prestar auxílio a qualquer Estado contra o qual as Nações Unidas agirem de modo preventivo ou coercitivo; cabe às Nações Unidas fazer com que os Estados que não são membros da Organização ajam de acordo com esses princípios em tudo quanto for necessário à manutenção da paz e da segurança internacionais; nenhum preceito da Carta autoriza as Nações Unidas a intervir em assuntos que são essencialmente da alçada nacional de cada país. (ONU, *op. cit.*)

Apesar de concordarem com os realistas acerca da natureza anárquica do sistema internacional, os liberalistas, por sua vez, enfatizam em suas teorias a cooperação e a paz, ou seja, não aceitam que seja uma característica imutável. A proposta para tornar o sistema internacional menos conflituoso e mais harmonioso e cooperativo é a do livre-comércio, da democracia e das instituições internacionais.

No liberalismo, há a ênfase de não somente os Estados como protagonistas internacionais, mas também organizações Internacionais, empresas transnacionais e indivíduos. Assim, os autores liberais creem que a partir do livre comércio, podemos construir um terreno positivo e sem guerra.

A esse respeito, segundo Montesquieu (1689-1755), “a paz é o efeito natural do comércio”, promovendo a interdependência entre as nações. Já para Kant, o comércio entre os países proporcionaria hospitalidade – fundamental para a paz cosmopolita. Para eles o comércio é benéfico para os Estados, visto que desbrava as economias para os mais diversos setores.

Nesse sentido,

O liberalismo de linha sociológica enfatiza a importância do pluralismo bem como o fortalecimento da diversidade de atores, da amplitude de relações não somente centradas no e para o Estado. Existe a defesa de uma visão comunitária sociologicamente viável entre os defensores desta linha. Além disso, o liberalismo sociológico traz as sementes da transnacionalização como fundamento da paz, do progresso e da estabilidade internacionais. (CASTRO, 2012, p. 342)

Outro princípio do liberalismo é a relação entre democracia e paz. Ao passo em que o número de países democráticos cresce, eles tendem a manter relações pacíficas e prósperas entre si.

[...] o respeito a um regime jurídico constitucional estimula a crença na eficácia do direito internacional como mecanismo de resolução de conflitos. Nesse sentido, sociedades democráticas buscariam resolver suas diferenças mútuas pacificamente por meio do direito internacional, porque reconheceriam umas nas outras o mesmo compromisso com regras e instituições que reduzem a possibilidade de uma agressão armada. Além disso, a semelhança das instituições políticas favoreceria o intercâmbio econômico, político e cultural, criando laços de familiaridade e, eventualmente, de amizade que limitariam as fontes de conflito. (NOGUEIRA e MESSARI, 2005, p 71)

Ainda, opinião pública é um fator importante para os liberalistas, dado que, para eles, torna a política externa mais pacífica, uma vez expressa a opinião de um coletivo, o qual seria a somatória da felicidade e satisfação dos indivíduos, tornando

seus interesses sempre no lado oposto ao da guerra. Cabe ressaltar que em contexto internacional, a opinião pública tem grande contribuição para a redução de contendas, uma vez que os Estados conseguem ver mais claramente os interesses de seus vizinhos.

Assim, enquanto instrumento para regulamentar conflagrações internacionais, a institucionalização do sistema internacional é tida como forma eficiente e legítima para certificar a resolução de conflitos pacificamente. Diversas entidades supranacionais foram formadas, inspiradas pelos ideais liberais, os quais continuam a ter influência.

Por conseguinte, diante da institucionalização, percebemos que o liberalismo herda essa premissa do idealismo. No entanto, como explicitado previamente, na corrente liberal tudo acontece via instituições, sendo possível, por meio delas, seja no âmbito comercial ou social, a manutenção dos objetivos dos atores.

2.3.1 Neoliberalismo e Interdependência Complexa

Nesta teoria o Estado permanece como o principal ator das Relações Internacionais em um sistema internacional descentralizado, isto é, anárquico. Todavia, como vimos no Liberalismo, as instituições internacionais estão presentes em nosso mundo, trazendo um grau de ordenamento a ele. Desse modo, não podemos caracterizar nosso cenário global como caótico, como proposto pela teoria Realista.

Envoltos na esfera neoliberal, muitos estudos foram apresentados, inclusive o Institucionalismo Neoliberal, de Keohane e Nye (1989). O foco das premissas desenvolvidas foi de repensar as Relações Internacionais fora dos moldes realistas, mantendo a primazia do Estado, porém incentivando a criação de novas formas de colaboração e integração.

Assim,

A hipótese básica da corrente é a de que a habilidade dos Estados de se comunicar e cooperar depende da construção de instituições que podem variar em termos de suas naturezas e força. Isso não implica dizer que os Estados ignorem o poder ou a riqueza uns dos outros, mas que suas ações dependerão dos arranjos institucionais presentes que podem afetar: o fluxo de informações e a oportunidade de negociar; a habilidade dos governos de monitorar os compromissos assumidos pelos outros países; a expectativa sobre a solidez dos acordos internacionais. (SARFATI, 2005, p. 156)

Desta maneira, o conceito de Interdependência Complexa surge a partir da variedade de agendas, temáticas e atores. Trata-se de “uma situação caracterizada por efeitos recíprocos entre os países ou entre os atores de diferentes países ou simplesmente o estado de mútua dependência” (SARFATI, 2005, p. 165).

Para compreendermos melhor, Keohane e Nye (1989) lecionam acerca das principais características dessa teoria, nos mostrando que há diversos canais de diálogo que conectam as sociedades, bem como a multiplicidade de agendas entre os Estados e ausência hierárquica entre diferentes temas. Além disso, na Interdependência Complexa, o uso da força perde relevância no tocante às questões de economia de governos.

Por conseguinte,

Dentro da nova era de globalismo, a interdependência complexa teria se aprofundado mais ainda quando comparada em relação ao período da Guerra Fria, o que não implica que os assuntos militares não sejam mais relevantes, mas que apenas em algumas zonas geográficas, como no Oriente Médio, eles são primordiais. Além disso, os autores notam que a expansão da interdependência complexa é acompanhada da pluralização, ou seja, atores transnacionais, como as empresas e as organizações não-governamentais, têm aumentado suas participações nas redes globais, como se pode observar, especialmente nos assuntos de meio ambiente e de ataques terroristas [...]. (SARFATI, 2005, p. 169)

É de se esperar que a interdependência signifique maior integração mundial, entretanto, ao passo em que ela avança, provoca dois efeitos bastante distintos. O primeiro é a integração, ou seja, unidades como a União Europeia e o Mercosul, por exemplo. Já o segundo é caracterizado pela fragmentação do sistema internacional, causada pelo desgaste dos Estados nacionais e a expansão de movimentos nacionalistas.

2.4 CONSTRUTIVISMO

O modelo construtivista surgiu do terceiro debate entre os positivistas³ e os pós-positivistas⁴, com a proposta de explorar as Relações Internacionais a partir da emissão de signos e sinais, bem como compreender do que são constituídas. O Construtivismo procura entender a origem dos interesses estatais e acredita que os

³ As teorias tradicionais que procuram explicar as Relações Internacionais – Neorealismo e neoliberalismo, por exemplo.

⁴ Teorias que questionam o porquê da existência das Relações Internacionais – Teoria Crítica e Pós-Modernismo.

Estados são estruturas sociais que tiveram seu desenvolvimento no decorrer do percurso histórico. (SARFATI, 2005, p. 259).

Um dos principais teóricos é Alexander Wendt, que entendia o Construtivismo como a via média, ou seja, a identidade do Estado. Dessa forma, com o relacionamento entre os Estados a identidade poderia ser adquirida.

Analisando o raciocínio construtivista, encontramos duas vertentes básicas, propostas por Wendt (1999), as quais serão abordadas adiante. Tais enunciações são fundamentais para a compreensão das ideias como um papel importante na constituição da realidade e na definição de interesses e também de identidades.

A primeira premissa afirma que as estruturas humanas são definidas, primordialmente, por ideias compartilhadas e não, somente, por forças materiais. Por conseguinte, tem uma abordagem mais idealista da vida social ao enfatizar o compartilhamento de tais ideais.

Ademais, o Construtivismo estabelece que os interesses e identidades dos atores são construídos por meio dessas ideias compartilhadas em vez de serem apenas dados pela natureza. À vista disso, possui um questionamento estruturalista, uma vez que salienta os poderes emergentes de ordenação social, se opondo à visão individualista de que essas disposições são redutíveis a individuais.

A estrutura é tida como um fenômeno social e pressupõe que os atores não se separam de tais estruturas já que as suas ações são necessariamente provenientes delas. Dessa forma, é na interação entre os agentes que a o conhecimento é difundido.

Assim, no processo de relacionamento entre os Estados é originado um reforço de comportamento, seja negativo, caso um apresente ameaça para o outro, ou positivo, se os Estados possuírem características semelhantes. Destarte, “a soberania é a base social para a individualidade e a segurança deles” (SARFATI, 2005, p. 263).

A anarquia é também uma estrutura social, e para atores com identidade positiva, representa apenas a inexistência de uma autoridade em âmbito global, o que, entretanto, não implica em nada entre a integração dos Estados, uma vez que a construção de suas identidades é feita por meio da cooperação entre eles. De outra forma, para Estados com o reforço de identidade negativa, se faz necessário o equilíbrio de poder.

Portanto, o Construtivismo é uma construção teórica a qual possui diversas facetas e discursos diferentes. Aqui foi abordada a versão contemporânea dessa corrente. É válido ressaltar a importância do caráter social analisado no Construtivismo. Esse modelo de raciocínio procura explicar as Relações Internacionais levando em conta o interesse dos Estados de forma social e tomando a identidade como foco, não a política internacional.

2.5 FEMINISMO

É importante ressaltar que o feminismo foi pouco conhecido nas Relações Internacionais por muito tempo e que seu impacto foi muito mais tardio do que em outras ciências. De fato, as premissas do movimento feminista como um todo foram apropriadas pela disciplina de Relações Internacionais, permitindo a criação de uma de suas correntes teóricas.

Nesse sentido, o feminismo, enquanto corrente de pensamento, tem como função principal explicitar a exclusão feminina no campo teórico das Relações Internacionais. Logo, busca voltar os olhares ao que é importante para a construção social em que o gênero não seja um fator de segregação.

A teoria feminista expõe o androcentrismo⁵ mundial a fim de, em seguida, introduzir o panorama feminino em Relações Internacionais. Houve a necessidade, portanto, da construção de uma nova teoria das Relações Internacionais que não somente incluísse as mulheres em foros teóricos existentes, mas, sim, que as representasse.

Por muito tempo na disciplina de Relações Internacionais foram abordadas questões políticas, de poder, de segurança, sem, entretanto, lançar terreno para questões de identidade de gênero. Ora, mas quando tratamos de segurança, ela envolve a segurança internacional, como um todo. Entretanto, “quem, na academia e na política, tratava dessas questões de segurança eram homens e quem defendia a sobrevivência de todos eram homens” (NOGUEIRA e MESSARI, 2005, p.223).

Nesse sentido, um dos questionamentos cruciais que o feminismo traz para o âmbito das Relações Internacionais é o espaço que as mulheres ocupam (ou que

⁵ andro- (grego anér, andrós, homem): Exprime a noção de homem. Dicionário Priberam da Língua Portuguesa. Disponível em <https://www.priberam.com/dlpo/andro>. Acesso em: 02 de fevereiro de 2017.

poderiam e deveriam ocupar) nos processos decisórios acerca da segurança e política. De fato,

[...] o debate sobre a segurança internacional é central dentro das Relações Internacionais, enquanto a parte importante do projeto feminista das Relações Internacionais é a crítica às teorias tradicionais das Relações Internacionais e, dentro delas, em especial o Realismo/Neorealismo. Portanto, é natural que o Feminismo critique a ausência da ótica feminina dentro dos estudos de segurança internacional e busque trazer a questão do gênero para dentro das discussões desse campo. (SARFATI, 2005, 297)

Cabe ressaltar que Peterson e Runyan (1999) apontaram duas possibilidades ao trabalhar com gênero na análise no âmbito das Relações Internacionais: a *posição das mulheres*, que é quando as feministas se engajaram para refletir acerca das mulheres em Relações Internacionais e a ausência delas em âmbito teórico, e o *poder do gênero*, em que o gênero é um sistema de símbolos, não somente uma classificação, invertendo a visão tradicional que temos do que são as identidades de gênero. Trata-se, então, do pensamento de como interpretamos o mundo nos delimitando pelos gêneros.

A teoria compreende que o gênero sexual é socialmente construído, ou seja, a masculinidade e seus padrões estão presentes no que tomamos por identidade e nos comportamentos dos Estados. Ao falarmos sobre masculinidade a conotação de virilidade pode fazer sentido a muitos, como forma de dominação. Se continuarmos o raciocínio, as mulheres são o sexo frágil.

Assim, Sarfati explica que

[...] existe uma feminilização dos oprimidos das relações internacionais, ou seja, todo tipo de opressão é uma feminilização, sejam minorias raciais, homossexuais, vítimas do colonialismo econômico ou da degradação ambiental, portanto, mesmo o homem explorado é feminilizado (SARFATI, 2005, p. 296).

O feminismo ainda possui um espaço pequeno dentro das Relações Internacionais, muito disso se deve a ser incompreendido por outras correntes de pensamento. Sendo assim, é marginalizado dentro da disciplina, uma vez que para muitos, sua pauta não tem relevância. O fato é que a teoria feminista levanta questões “que incomodam e às quais as correntes dominantes não têm respostas” (NOGUEIRA e MESSARI, 2005, p. 230).

2.6 MARXISMO

Por mais que Karl Marx não tenha se dedicado a construir um conjunto teórico de Relações Internacionais, as visões tratadas no marxismo propiciam novas formas de estudo e entendimento para a disciplina.

Para o marxismo, a representação do capitalismo perdurava historicamente. Dessa forma, na visão de Marx e Engels, devemos entender a infraestrutura da sociedade. Conhecer o que viabiliza a produção e quais são os vínculos entre os detentores dos meios de produção e aqueles que detêm a força de trabalho. O embate entre proprietários e não-proprietários desse meio surge a partir do desenvolvimento de forças produtivas. Essa infraestrutura está diretamente ligada à superestrutura que é formada por instituições jurídicas, políticas e ideológicas de um período (SARFATI, 2005, p. 113).

A lógica do marxismo reside no fato de que cada modo de produção vai gerar um novo meio de produção. À vista disso, ao mesmo passo em que o modo de produção se desenvolve, ele manifesta suas fragilidades que enfraquecerão sua organização sistêmica, até entrar em crise e gerar um novo meio produtivo.

Marx presta fundamentais contribuições para o entendimento das Relações Internacionais ao avaliarmos que podemos explicar a história da sociedade pelo modo de produção e como as classes sociais se relacionam entre si. Por conseguinte, tanto os Estados, como as Organizações Internacionais têm por característica o caráter dominante.

Além disso, exercem o papel de reproduzir o padrão predominante contemporâneo. Sendo assim, eles têm a função de defender os interesses dos grupos dominantes, tornando a política externa deles nos reflexos dos interesses que predominam a sua burguesia.

Outro ponto exposto pelo marxismo é que a guerra é decorrente do capitalismo. Conforme o modelo capitalista, deve-se encontrar novos mercados, gerando uma busca constante que culmina em conflitos por terras entre países. Assim, o modelo burguês fomenta guerras por conta de sua ganância.

Para Marx e Engels, o comunismo seria o fim de conflitos, dado que a classe explorada tomaria o poder, não existindo, portanto, mais a ganância da burguesia. Isto é, não haveria motivo para existir competições.

Desse modo, Sarfati explana que

Apesar da concepção estrutural da economia internacional, *strictu sensu*, as Relações Internacionais por Marx deveriam ser vistas ao nível de análise da sociedade, porque a política externa de um país deveria ser explicada em função dos interesses burgueses dominantes. Logicamente, se um país tem uma estrutura social arcaica baseada na terra e produção agrícola, o Estado vai refletir esse grupo dominante, assim como, se um país tem uma forte burguesia com base nos setores metalúrgicos e petroquímicos, igualmente o Estado vai refletir as preferências desses grupos sociais. Como consequência, o campo internacional, seja a guerra, seja a cooperação, dependerá, em última instância, da confrontação dos interesses da burguesia dominante em cada país. Se um país tiver uma burguesia que considera importante o revisionismo territorial, ela poderá empurrar o Estado para uma guerra e, por outro lado, se a burguesia tiver interesse em livre acesso a mercados de outros países, tenderá a favorecer a cooperação internacional (SARFATI, 2005, p. 115).

Ao longo deste capítulo pudemos refletir sobre como as diversas teorias enxergam a anarquia internacional, no entanto, na perspectiva marxista, a anarquia é irrelevante uma vez que os conflitos são iniciados pela economia e não pela anarquia ou estado de natureza. Para os teóricos, o embate é intrínseco ao modo de produção capitalista e é decorrente da luta de classes.

Na esteira da apresentação das premissas fundamentais de algumas teorias de Relações Internacionais, trataremos, no capítulo a seguir, de algumas temáticas inerentes à dinâmica do cenário internacional, e como elas são apropriadas pelas diferentes abordagens teóricas aqui analisadas.

3 OS CORRENTES TEÓRICAS EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS E SEUS AUTORES

Os críticos de Relações Internacionais refletem e analisam sobre diversos temas do campo de estudo, produzindo diversos debates e teorias. Os discursos teóricos produzidos por eles, portanto, têm como objetivo trazer uma explicação para o âmbito das Relações Internacionais.

É importante salientar que os discursos criam conceitos que articulam com os temas de forma que os tornem plausíveis de entendimento ao estudar as interações entre os atores. Podemos dizer, então, que os discursos servem como mecanismos para a compreensão da realidade.

Neste momento do trabalho, selecionamos algumas temáticas constantes nos estudos em Relações Internacionais, para refletir acerca da maneira como elas são trabalhadas pelas diversas correntes teóricas. Cabe ressaltar aqui que esses temas foram destacados tendo em conta a posterior articulação a ser feita com a trama da saga *Star Wars*.

3.1. PODER

O tema poder está no cerne do pensamento dos autores de Relações Internacionais; as relações entre os Estados se concentram e estão envoltas no nele. Esse poder pode ser referido pela habilidade de cada Estado em sua política ou, até mesmo, impor sua vontade.

Como explicitado no primeiro capítulo deste trabalho, para os realistas, o poder pode ser visto como um objetivo que deve ser alcançado pelos Estados por meio do crescimento econômico e militar, por exemplo. No entanto, não é somente da ameaça, pressão ou uso da força que se trata o poder. Ele pode ser determinado pela influência exercida por meio da interação econômica e até mesmo pelo intercâmbio cultural.

Em seu Dicionário de Política Bobbio define o poder da seguinte maneira:

O Poder é entendido como algo que se possui: como um objeto ou uma [...] que se guarda num recipiente. Contudo, não existe Poder, se não existe, ao lado do indivíduo ou grupo que o exerce, outro indivíduo ou grupo que é induzido a comportar-se tal como aquele deseja. (BOBBIO, 1998, p. 934).

Dessa forma, o poder é social, não apenas algo ou a posse dele, mas uma relação entre homens. O autor ainda divide o poder em dois modelos: o poder atual e o poder potencial.

Para o teórico italiano, temos que

II. O PODER ATUAL. — [...] O Poder em ato (atual) é uma relação entre comportamentos. Consiste no comportamento do indivíduo A ou do grupo A que procura modificar o comportamento do indivíduo B ou do grupo B em quem se concretiza a modificação comportamental pretendida por A, abrangendo também o nexos intercorrente entre os dois comportamentos: um exame mais detalhado do Poder em ato comporta uma análise destes três aspectos do fenômeno. [...] III. O PODER POTENCIAL. — O Poder potencial é a capacidade de determinar o comportamento dos outros. Enquanto o Poder atual é uma relação entre comportamentos, o potencial é uma relação entre atitudes para agir. (BOBBIO, 1998, p. 934-935, 937)

Sendo assim, podemos concluir que o poder não é apenas o uso de recursos para mostrá-lo, mas deriva da capacidade de influenciar um indivíduo sobre outro. Abaixo, tomamos as percepções de poder a partir das premissas de outros teóricos.

3.1.1 Clausewitz e poder bélico

Carl Von Clausewitz era um teórico prussiano e sua obra mais conhecida é “Sobre a Guerra”, em que o teórico militar exprime seus pensamentos em relação a guerra, dentre suas análises podemos citar sua preocupação com a Estratégia e com os fins militares.

A respeito da ênfase de Clausewitz à temática da guerra,

Assim como a guerra e as suas instituições refletem o seu ambiente social, todo aspecto do combate deve ser banhado pela sua motivação política, seja ela intensa ou moderada. A relação adequada entre a política e a guerra ocupou Clausewitz durante toda a sua vida, mas até mesmo os seus primeiros manuscritos e cartas revelam a sua percepção da interação existente entre elas. (PARET, 1984, p.6).

Para Clausewitz, a guerra seria “a continuação da política por outros meios”, ou seja, o teórico acreditava que a guerra seria um instrumento político para adquirir poder ou fazer a manutenção do mesmo. Ademais, a política seria a inteligência do Estado e, portanto, é onde o poder deveria ser empregado de forma que os inimigos perecessem diante de um Estado inteligente e capaz de empregar o uso da força para a obtenção de seus objetivos.

Dessa forma,

A disputa por poder, característica tanto da guerra quanto da política, enseja uma constante busca e consolidação do poderio dos sujeitos da ação envolvidos em uma determinada luta. Trata-se de um processo em constante movimento, sem um desfecho. Portanto, a política absoluta pode ser definida como aquela ação política em que a luta pelo poder alcançou um patamar último, definitivo, um resultado final, de tal modo que desarmou o inimigo e também aniquilou inapelavelmente as suas forças. Em outras palavras, um dos lados em luta impôs sua vontade ao inimigo sem qualquer possibilidade de tal quadro ser revertido. É uma definição puramente abstrata, sem conexão com a realidade. (PASSOS, 2005, p.3)

Observamos, então, que o poder na perspectiva clausewitziana reside na articulação entre política e guerra, no sentido de que o poder se ampara na capacidade de um Estado de subjugar o outro, o que só pode ser concretizado por meio da guerra. Trata-se, então, de uma leitura essencialmente bélica do poder.

3.1.2. O Poder Realista de Edward Carr

Edward Hallet Carr em *Vinte Anos de Crise: 1919:1939*, obra notável para o campo das Relações Internacionais, fez uma crítica aos autores liberais, cujas perspectivas se pautavam em como o mundo deveria funcionar. Para Carr, ao contrário, a análise do cenário internacional deveria ser moldada em como o mundo realmente é.

Na perspectiva de Carr, o poder tem papel fundamental na teoria realista; dentro dele há a divisão entre poder econômico, poder militar e poder sobre a opinião pública. O poder militar é o mais importante dentre eles, pois é a última instância de poder do Estado, o que não necessitaria de maiores complementos. Além disso, para o teórico, há sempre a possibilidade de uma guerra iminente.

Ademais, os três tipos são interdependentes e necessitam um dos outros. O poder econômico serviria tanto para a manutenção do poder militar (na guerra) quanto para fins políticos. Acerca disso, Carr argumenta que “o poder é indivisível e as armas militares e econômicas são, meramente, diferentes instrumentos do poder” (CARR, 2001, p. 155).

Já o poder de opinião teria vínculo com a propaganda política já que aqueles que possuíam opinião relevante detinham maiores poderes. “[...] embora não se possa definir a política exclusivamente em termos de poder, é seguro dizer-se que o

poder é sempre um elemento essencial da política” (*idem*, p. 135). Sendo assim, a opinião pública é a arte da persuasão (SARFATI, 2005, p. 89).

3.1.3. O Equilíbrio de Poder de Hans Morgenthau

Para Morgenthau, o interesse dos Estados é definido pelo poder, já que os Estados são governados de acordo com seus próprios interesses e exercem aquilo que mais trará benefício.

Entretanto, justamente pelo fato de todos os Estados buscarem o poder, cria-se uma “competição”, de modo que o cenário internacional pode se tornar caótico. Dessa forma, o teórico alemão, que trabalhou na elaboração dos elementos de política externa dos Estados Unidos na década de 1930, há que se pensar em um cenário de equilíbrio de poder, em que os Estados estipulam estratégias de dominação e/ou proteção de certos territórios de interesse, para que nenhum país seja o detentor absoluto do poder e prepondere no cenário internacional.

A esse respeito,

Os povos e os políticos podem buscar, como fim último, liberdade, segurança, prosperidade ou o poder em si mesmo. Eles podem definir seus objetivos em termos de um ideal religioso, filosófico, econômico ou social. Podem desejar que esse ideal se materialize, quer em virtude de sua força interna, quer graças à intervenção divina ou como resultado natural do desenvolvimento dos negócios humanos. Podem ainda tentar facilitar sua realização mediante o recurso a meios não políticos, tais como cooperação técnica com outras nações ou organismo internacionais. Contudo, sempre que buscarem realizar o seu objetivo por meio da política internacional, eles estarão lutando por poder. (MORGENTHAU, 2003, p. 49).

Desse modo, o poder para o autor está inserido nas relações de controle que são estabelecidas entre as autoridades e as pessoas como um todo. Além disso, o poder político é uma relação entre aqueles que exercem sobre os quais ele é exercido.

Em vista disso, Morgenthau defende que

O poder pode abarcar tudo que estabeleça e mantenha o controle do homem sobre o homem. Assim, o poder engloba todos os relacionamentos sociais que se prestam a tal fim, desde a violência física até os mais sutis laços psicológicos mediante os quais a mente de um ser controla uma outra. O poder cobre o domínio do homem pelo homem não só quando se apresenta disciplinado por desígnios morais e controlado por salvaguardas constitucionais [...], como quando ele se converte nessa força bárbara e indomável que só consegue encontrar leis em sua própria força e

justificação em seu próprio desejo de engrandecimento. (MORGENTHAU, 2003, p. 18)

Sendo assim, é importante que um governante se mostre “capaz de traduzir as convicções e aspirações inarticuladas de seu povo em objetivos e políticas internacionais”. (LAGO, 1954, p. 5). Ainda que a política dos Estados consista, essencialmente, na luta pelo poder, a qualidade do governo traduz-se no moral racional do mesmo.

Portanto, para Morgenthau, ter poder é ter controle e as nações que querem manter seu poder, melhorá-lo ou demonstrá-lo, não se limitam apenas à violência física. Assim, os Estados devem basear sua política externa em uma estimativa própria, ou seja, conforme o poder que detêm.

3.1.4 Os Poderes Múltiplos de Joseph Nye

Há ainda cientistas políticos, como Joseph Nye, que difundem novos conceitos de poder: *hard power* e *soft power*. O primeiro se trata de algo direto e com ações concretas, como a prática do uso da força bruta, e o segundo de uma esfera que engloba aspectos ideológicos, sociais e culturais. Veremos adiante as definições na perspectiva teórica do autor.

O *hard power* poder ser dividido em duas vertentes. Na primeira, em âmbito militar, as guerras e intervenções são uma forma de praticar o *hard power*, no entanto, ele vai além do uso da força bruta; engloba a coerção, indução e dissuasão a fim de que o Estado oprimido faça o que o opressor imponha (NYE, 2002). O Estado é o único que possui legitimidade para seu uso, caso contrário, seria terrorismo⁶.

Ademais, é importante salientar que ainda na esfera militar, o *hard power* não tem uma conduta necessariamente agressiva, uma vez que, pode ser uma forma de defesa para evitar ataques e alianças, por exemplo (NYE, 2004, p. 31). Já a segunda vertente abrange a competência econômica de um Estado: embargos, sanções, parcerias e investimentos.

Por sua vez, o *soft power*, ao contrário do conceito citado anteriormente, não tem seu uso restrito apenas aos Estados, dessa forma, um ator estatal ou não-

⁶ Oriundo do Latim *terrere*, que significa aterrorizar. Quando colocamos o sufixo Latim *-ismus* (praticar), relaciona-se à “prática do terror” ou “causando terror”.

estatal pode fazer seu uso. Nessa concepção estão inseridos o pluralismo, democracia, diversidade, autonomia, liberalismo e paz. Além disso, Nye explica que o *soft power* deve ser sedutor, atraindo o ator, não o obrigando ou coagindo a fazer o que é desejado. Aqui, Nye defende que “se eu conseguir levá-lo a querer fazer o que eu quero, não precisarei obrigá-lo a fazer o que você não quer” (NYE, 2002, p. 37).

Assim,

Já que o poder brando é atração com base em valores compartilhados e equitativos e o dever de outros de contribuir para políticas consistentes com aqueles valores compartilhados, as conversações multilaterais são provavelmente mais apropriadas para gerar poder brando do que a simples defesa de meros valores unilaterais. (NYE, 2004, p. 64).

Por fim, de acordo com Nye, o *hard power* e o *soft power* se complementam para que o Estado consiga exercer sua hegemonia ou se tornar um ator hegemônico. Essa perspectiva pode ser complementada pelo pensamento de Antonio Gramsci acerca da hegemonia e como esta é exercida pela combinação de força e consenso, “sem que a força suplante em muito o consenso, mas, ao contrário, tentando fazer com que a força pareça apoiada no consenso da maioria”. (GRAMSCI, 2000, p.95).

Acerca dessa articulação, Nye apresenta o *smart power*, qual seja, a capacidade política utilizada por um Estado de forma estratégica. Esse novo conceito é nada mais do que a junção dos conceitos anteriores visando o equilíbrio para o exercício da hegemonia.

O autor leciona que

Há mais de quatro séculos atrás, Nicolau Maquiavel recomendou aos príncipes da Itália que era mais importante ser temido do que amado. Porém, nos dias de hoje, o melhor é ser ambos. Ganhar corações e mentes sempre foi importante, no entanto o é ainda mais na era da informação global. (NYE, 2004, p. 1).

Destarte, Nye entende que o Poder pode ser definido pelo comportamento de um Estado contra suas preferências, como o controle de uma agenda e também como a criação ou influência de interesses. Além disso, para o teórico, utilizar do poder inteligente é a forma mais equilibrada entre as inúmeras faces de exercer o poder em si.

2.2 SEGURANÇA

A temática da segurança é abordada há tempos, a partir de múltiplas perspectivas. Os realistas tendem a analisar a segurança como algo advindo do poder (poder para dominar), enquanto os idealistas/liberais tendem a analisar a segurança como consequência da paz. Apresentaremos a seguir leituras da segurança de ambas as vertentes.

2.2.1 Segurança e *Status Quo* para Morgenthau

Para Morgenthau a segurança coletiva significa a defesa territorial e o *status quo* e visa a prevenção contra a guerra no âmbito do Direito Internacional. É necessário, também, uma cooperação entre os Estados para que a segurança de todos seja garantida.

Nesse contexto, o *status quo* para Morgenthau prevalece na manutenção da distribuição de poder, sendo favorável para todos os Estados, uma vez que só podemos obter a paz por meio de um balanço de poder. Assim, reconhece que um ou mais Estados se oporão à preservação desse *status quo* e à ordem defendida pelo sistema de segurança coletiva.

Para tanto, três premissas devem ser observadas em prol de uma prevenção efetiva contra a guerra:

(1) o sistema coletivo precisa ter condições para comandar, a qualquer momento, uma força tão avassaladora contra qualquer potencial agressor, ou coalizão de agressores, que estes jamais ousariam desafiar a ordem defendida pelo referido sistema coletivo; (2) todas as nações cujas forças combinadas satisfariam a exigência do item anterior têm de compartilhar a mesma concepção de segurança que lhes cabe defender; (3) essas nações precisam aceitar voluntariamente a necessidade de subordinar os seus interesses políticos conflitantes ao bem comum definido em termos da defesa coletiva de todos os Estados-membros. (MORGENTHAU, 2003, 784-785).

Desse modo, o teórico ressalta que a probabilidade de o sistema de segurança coletiva ser bem-sucedido é baseada na redução ou substituição da luta pelo poder por um conceito superior.

2.2.2 A Segurança Interdependente de Nye

Joseph Nye, desenvolvendo a teoria da interdependência complexa, juntamente de Robert Keohane, sugere a ideia de que, ao contrário do pensamento realista, a segurança não é a principal dimensão de poder de um Estado, uma vez que:

(1) os estados não são os únicos atores importantes – os atores transnacionais a operarem através das fronteiras são igualmente intervenientes importantes; (2) a força não é o único instrumento significativo – a manipulação econômica e a utilização de instituições internacionais são os instrumentos mais importantes; (3) a segurança não é o fim dominante – o bem-estar é o objetivo dominante. (NYE, 2002, p. 236).

Sendo assim, há outras convicções como a redução do uso da força militar de governos contra outros, visto que o autor julga que a força militar não tem relevância na resolução de contendas. Dessa maneira, os direitos humanos são fundamentais para a política internacionais.

Outro ponto abordado por Nye é que na ordem da agenda das relações internacionais a segurança não é dominante nos tópicos. Para o autor, há outras pautas na política internacional, como meio-ambiente, população e até mesmo departamentos de saúde e agricultura têm divisões internacionais que contrapõem a premissa realista de que os Estados são os únicos atores estatais, por exemplo, o meio-ambiente ou população.

Desse modo, Nye questiona os preceitos da escola realista e afirma que a partir da interdependência complexa os Estados exercem o poder pela reciprocidade e não é necessário que haja o uso da força para a manutenção da segurança ou simplesmente para trazê-la a debate.

2.3 ECONOMIA

Dentre inúmeras definições para a economia, segundo, Paul Samuelson, ganhador do prêmio Nobel de Economia do ano de 1970, ela é a ciência que estuda e procura entender o modo como as sociedades empregam os recursos escassos para a produção de bens de valor e como é feita a distribuição dos mesmos entre os indivíduos.

2.3.1 John Locke

John Locke exhibe um conceito reunido na relação entre política e economia, a qual o cenário internacional tem papel elementar. Ele defende o mercado e preza pela liberdade individual. Assim, a importância dessa liberdade está no fato de um indivíduo controlar seu próprio trabalho, não sendo necessário um Estado ou senhor. Dessa forma, a propriedade privada seria resultado derivado do trabalho e não de um Estado.

Na concepção do autor, o Estado deveria cuidar apenas da segurança de seus indivíduos e concederia poderes a eles:

O homem nasceu, como já foi provado, com um direito à liberdade perfeita e em pleno gozo de todos os direitos e privilégios da lei da natureza, assim como qualquer outro homem ou grupo de homens na terra; a natureza lhe proporciona, então, não somente o poder de preservar aquilo que lhe pertence – ou seja, sua vida, sua liberdade, seus bens – contra as depredações e as tentativas de outros homens, mas de julgar e punir as infrações daquela lei em outros, quando ele está convencido que a ofensa merece, e até com a morte, em crimes em que ele considera que a atrocidade a justifica. (LOCKE, 1978, cap. VII, parágrafo 87, p. 58)

Dessa forma, explica acerca do papel do Estado, acreditando que o estabelecimento da paz seria possível por meio do comércio. Ademais, Locke frisa que a produção e o comércio são os artifícios únicos e válidos para obter riqueza.

O teórico inglês pressupõe que a propriedade privada é o centro da economia baseado na lei natural. No tocante à lei natural, ele ainda explica que o Estado não garante os direitos, haja vista que esses direitos existem antes do Estado e o papel central do Estado é de protegê-los.

Dessa forma, o Estado se coloca enquanto um aparato para que os indivíduos exerçam sua liberdade. Trata-se de uma relação de confiança, em que a sociedade civil cede ao Estado a possibilidade de ordená-los em prol da garantia de liberdade e segurança coletiva. Entretanto, caso um governo se torne tirano, cabe ao povo destituí-lo.

2.3.2 Karl Marx

Ao passo que o capitalismo se expandia, Karl Marx buscou entender o funcionamento da economia. Em “O Manifesto do Partido Comunista”, uma de suas

obras mais marcantes, ele sustenta que “impelida pela necessidade de mercados sempre novos, a burguesia invade todo o globo. Necessita estabelecer-se em toda parte, explorar em toda parte, criar vínculos em toda arte” (O Manifesto, p. 12). Assim, para Marx, a classe operária deveria se unir contra a tendência abrangente do capitalismo.

O capitalismo não fica restrito apenas ao ambiente da circulação de mercadorias, mas está intimamente ligado na produção do valor e como ela é feita a partir do poder de extração da mais-valia. Outrossim, dentro do marxismo, acredita-se que o capitalismo transforma as relações sociais e nesse processo há o surgimento do proletariado – trabalhadores que servirão de mão-de-obra para o acúmulo capitalista.

O capital, representado pela burguesia, e o trabalho, representado pelo proletariado, é um dos elementos centrais da teoria de Marx. Assim, a sociedade se divide entre duas classes e tal divisão se concentra nos meios de produção e na alienação do produto do trabalho. ((NOGUEIRA e MESSARI, 2005)

Ainda, a teoria marxista pauta as relações de força e exploração inseridas no processo capitalista, enquanto a teoria liberal ressalta que, no capitalismo, as relações trabalhistas são tracejadas pela livre força do trabalho em troca de um salário que seja equivalente ao que fora empreendido.

Percebemos, portanto, que a contribuição que Marx oferece para as Relações Internacionais está na compreensão do capitalismo na qualidade de um sistema social que se mantém da extração da mais-valia do proletariado por meio da burguesia.

2.4 POLÍTICA

Em seu conceito mais geral, a política é definida como a prática do uso do poder para a resolução de um conflito. Tal feito vai além do ato de governar e administrar do Estado, pois é a forma como a sociedade se relaciona com o Estado. O termo política está inserido também na administração de uma instituição privada.

O teórico italiano Norberto Bobbio conceitua a política e alega que a política enquanto prática humana está intimamente ligada ao poder. Esse poder político é o poder que um indivíduo tem sobre os outros. Acerca da finalidade da política, o teórico ressalta que:

[...] a Política não tem fins perpetuamente estabelecidos, e muito menos um fim que os compreenda a todos e que possa ser considerado como o seu verdadeiro fim: os fins da Política são tantos quantas são as metas que um grupo organizado se propõe, de acordo com os tempos e circunstâncias. (BOBBIO, 2000, p. 957)

Assim, o fim da política não é resumido em somente um aspecto. Há ainda, uma finalidade mínima, explanada pelo autor, para a manutenção da ordem pública, sendo esta imprescindível para realizar demais fins políticos. A seguir, apresentamos as percepções acerca da política segundo a ótica de outros teóricos.

2.4.1 Raymond Aron

Raymond Aron possuía uma visão política diplomática-estratégica, segundo a qual a guerra seria instrumento para o alcance de poder, e essa visão seria os dois lados de uma mesma moeda. A guerra seria uma ferramenta legítima e legal, pois utilizava o uso da força em favor de seus interesses. No entanto, apenas o Estado poderia fazer uso da força.

Para Aron, o que difere a sociedade internacional e as sociedades nacionais é que para a primeira valores, leis e poder são descentralizados, em contrapartida, nas segundas, há a centralização desses. Por sua vez, os atores da sociedade internacional são norteados apenas por seus próprios interesses.

Tanto a guerra, como a diplomacia consolidam as Relações Internacionais, uma vez que têm a mesma finalidade: preservar o interesse nacional. O teórico reitera que para ser um bom diplomata é deixar “sempre a porta aberta para o general, isto é, para o uso da força, enquanto o bom militar deixa sempre a porta aberta para a diplomacia” (NOGUEIRA e MESSARI, 2005, 39).

Ainda segundo o teórico, há três formas das guerras se formarem: por recursos, quando há o objetivo de conquistar e dominar. Essa forma tem um fim quando o objetivo é alcançado; guerras também podem acontecer por ideais e glória, mas não possuem um fim, tornando o triunfo a única solução plausível.

2.4.2 Thomas Hobbes

A originalidade de Hobbes está na criação de um “pacto” social, em que os homens renunciariam aos seus direitos naturais e se submeteriam ao poder absoluto

de um soberano. A premissa do pacto social parte do que Hobbes chama de “estado de natureza”, neste “estado” os homens tendem a obedecer seus instintos naturais que visam por sua sobrevivência, e é a partir dessa luta pela sobrevivência que ocorre a guerra de “todos contra todos”. Por esse motivo, trata-se de um contrato social artificial, uma vez que não é espontâneo e cuja finalidade é impedir que os homens se destruam mutuamente.

Ao ignorar seus instintos naturais e se submeter às vontades de um soberano, segundo a teoria de Hobbes, o contrato social tende a analisar os problemas do homem de forma racional, lógica. Resultante disso seria o estado civil que desperta no homem a vontade de viver pacificamente. É por meio da figura do soberano que tal ato se torna possível, uma vez que este possui poder absoluto proveniente da vontade daqueles que desejam viver em paz e com segurança e, de mesmo modo, por serem livres, iguais e desejarem o mesmo objetivo.

Desse modo, Dias explana que:

O Estado, de acordo com Hobbes é instituído quando uma multidão de homens concorda e pactua que qualquer homem ou assembleia de homens a quem seja atribuído pela maioria o direito de representá-los (ou seja, de ser seu representante), todos sem exceção, tanto os que votaram a favor como contra ele, deverão autorizar todos os seus atos (do homem ou assembleia de homens), tal como se fossem seus próprios atos e decisões, a fim de viverem em paz uns com os outros e serem protegidos do restante dos homens (DIAS, 2008, p. 69).

O papel do soberano constituiria, então, em assegurar que a paz geral e a segurança individual fossem mantidas através do absoluto poder que este tem. Caso o soberano não realizasse sua função, este poderia ser destituído de sua função por rebeliões, provando desta forma que ele não era legítimo. A esse respeito,

Ao descrever o homem em seu estado natural, o autor do *Leviatã* aponta a igualdade entre todos como característica básica. Falamos então de uma igualdade de direitos. Esses direitos não têm limites: todos indistintamente têm direito a tudo que lhes aprouver. Não existindo um poder comum que garanta a preservação das posses, a única garantia de que algo vai continuar em poder daquele que o tomou para si é o uso da força e do ataque como formas de defesa. Qualquer bem existente na natureza pertence a todos que o queiram. É comum, por sua vez, que dois ou mais indivíduos se interessem pela mesma coisa. É a partir desse direito, quando *dois homens desejam a mesma coisa, ao mesmo tempo que é impossível ela ser gozada por ambos* que surgem as atitudes que irão levá-los à condição de guerra no estado de natureza. A *guerra de todos contra todos* se refere a essa condição (GOMES, 2006, p. 13).

Desta forma, Hobbes funda o pensamento do Estado moderno que visa a segurança e a paz coletiva, diferentemente daquela pregada pelos individualistas que só pesavam em seu próprio bem, ademais era fundamentado na racionalidade do poder. Ainda, é através da teoria hobbesiana que há a implementação da centralização do poder político, e da democracia, já que para o soberano ser eleito este deveria partir de um consenso geral da população.

2.4.3 Nicolau Maquiavel

A preocupação de Maquiavel não está ligada à lei natural ou à lei ideal para governar, mas sim em como que pode fazer e o que faz o homem quando este estiver no poder. Para Maquiavel a sua noção de moral é radical e pragmática em relação ao pensamento comum: se necessário o mal deve ser praticado. Contudo, para ele uma nação necessita de boas leis e um exército forte para ser um Estado ordenado, não sendo adepto à tirania.

Maquiavel acredita que o Estado é um meio de coerção e captação que age sobre a sociedade e os indivíduos, mobiliza a todos, visto que, possui todos os meios para fazê-lo. Ainda, sustenta que um bom Estado depende de um bom governante, que possua virtudes para o sucesso e fortuna, ou seja, sorte, para o fazer uso das oportunidades.

Ao passo em que expõe seu pensamento, o autor ressalta que a força não significa infringir violência aos demais. Em contrapartida, é o fato de compreender a ocasião certa de fazer uso de tal artifício. Essa força, de mesmo modo, pode ser traduzida como o poder de influência, a astúcia, que o Estado tem perante os demais.

Não há influência divina na política para Maquiavel, para ele a política é mundana. A natureza humana nos torna essencialmente maus, uma vez que os humanos querem obter sucesso das formas mais fáceis e sem fazer muito esforço; deixando as ações benéficas somente em último caso, quando são forçados a tal.

O pensamento de Maquiavel não se preocupa com a maneira como um governante conduz determinada ação, desde que seja para sempre manter-se no poder e com autoridade. A partir dessa perspectiva, também estavam inclusas a utilização de força militar e violência para que o governante se mantivesse sempre acima dos governados; “logo, um senhor prudente não pode nem deve guardar sua

palavra, quando isso seja prejudicial aos seus interesses, e quando desapareceram as causas que o levaram a empenhá-la” (Capítulo XVIII, O Príncipe, MAQUIAVEL, 2000).

Em vez de pensar a sociedade como ela realmente é Maquiavel decidiu ir ao cerne da questão e tratar a política não como uma parte da filosofia moral ou ética, como explicado anteriormente, mas como termos práticos e realistas. Para ele o intuito do Estado não era alimentar a moralidade da população, entretanto, o Estado garantiria o bem-estar e a segurança do povo. Devido a isso ele substituiu os conceitos de certo ou errado por noções de utilidade, necessidade, sucesso, perigo e dano, uma vez que “a um príncipe, portanto, não é essencial possuir todas as qualidades acima mencionadas, mas é bem necessário parecer possuí-las” (MAQUIAVEL, 2000, Capítulo XVIII, s/n).

2.5. PAZ

A paz sempre esteve entre os valores mais elevados da humanidade, contudo, há pouco (ou nenhum) consenso sobre o que é paz. Talvez a visão mais popular seja como ausência de dissensão, violência ou guerra. Os pacifistas adotaram essa interpretação, pois a violência é ruim.

A paz, no entanto, também é vista como concórdia ou harmonia e tranquilidade. É definido como um estado de lei ou governo civil, um estado de justiça ou de bens, um equilíbrio ou equilíbrio de Poderes.

Tais significados de paz funcionam em diferentes níveis. A paz pode ser contrária ao conflito, violência ou guerra antagônica. Pode referir-se a um estado interno ou a relações externas. Há também a possibilidade de ser estreita na concepção, referindo-se a relações específicas em uma situação particular, como um tratado de paz, ou abrangente, abrangendo toda uma sociedade (como em uma paz mundial). A paz pode ser uma dicotomia (existe ou não) ou contínua, passiva ou ativa, empírica ou abstrata, descritiva ou normativa, ou positiva⁷ ou negativa⁸.

A paz ramifica seu significado e qualidades dentro de uma teoria ou estrutura. Os socialistas e os fascistas, por exemplo, têm perspectivas diferentes, assim como os teóricos das Relações Internacionais. Diante dessa diversidade de significados, a

⁷ Ausência de guerra, no entanto, uma ampliação da democracia e direitos humanos.

⁸ Ausência de guerra e violência direta.

paz não é diferente de conceitos como justiça, liberdade, igualdade, poder, conflito, classe e, de fato, qualquer outro conceito.

2.5.1 Immanuel Kant

Em sua obra *“The Science of Right”*, Kant discute sobre os direitos dos Estados e do direito universal da humanidade. Eticamente, as pessoas devem ser tratadas como fins em si mesmas e não mecanicamente como um meio para algum fim. Portanto, o governante não tem o direito de tratar seus cidadãos como objetos para algum propósito de guerra.

Kant aplicou o imperativo categórico às relações dos estados e rejeitou qualquer ação ou política que tornasse impossível a paz entre as nações. Sobretudo, apontou que as nações, como indivíduos, devem entrar em um estado legal, neste caso, uma união de Estados, que é a única maneira de estabelecer a paz e o direito público das nações. Assim, um congresso permanente das nações deve eventualmente tornar-se prático para que as diferenças possam ser resolvidas por meio de um processo civil em vez de uma guerra bárbara.

Em *“A Paz Perpétua”*, Kant declarou seis preposições preliminares para uma paz perpétua entre os Estados:

1. Não deve considerar-se como válido nenhum tratado de paz que se tenha feito com a reserva secreta de elementos para uma guerra futura.
2. Nenhum Estado independente (grande ou pequeno, aqui tanto faz) poderá ser adquirido por outro mediante herança, troca, compra ou doação.
3. Os exércitos permanentes devem, com o tempo, de todo desaparecer.
4. Não se devem emitir dívidas públicas em relação aos assuntos de política externa.
5. Nenhum Estado se deve imiscuir pela força na constituição e no governo de outro Estado.
6. Nenhum Estado em guerra com outro deve permitir tais hostilidades que tomem impossível a confiança mútua na paz futura. (KANT, In: MORÃO, 2008, p. 4-7)

Desse modo, o teórico defende que o Estado não tem o direito de fazer uma guerra punitiva, dado que o justo castigo deve vir de uma autoridade superior e não igual a ele. Kant também observou que o estado da natureza tende a conflitos e guerras; sendo assim, a paz deve ser ativamente estabelecida e mantida por meio da constituição civil.

Para vias de promoção do estado de paz, Kant estabeleceu três artigos: a constituição republicana, que significava que as leis deveriam ser aplicadas a todos de forma universal e justa; o direito das nações, fundado em uma federação de Estados livres; e, por fim, a lei da cidadania mundial se limita apenas às hospitalidades universais (KANT, In: MORÃO, 2008, p. 11,13, 14, 16, 17, 20-22).

A garantia da paz perpétua, para Kant, está presente na história mundial. As pessoas se espalharam por todo o globo, foram forçadas a desenvolver relações legais entre si. Os Estados foram formados para a defesa contra violações, e o homem foi obrigado a ser bom para o bem dos outros por leis para manter a paz. Embora as diferenças de linguagem e religião tenham separado os estados, a concorrência mantém um equilíbrio, e o comércio tornou a paz muito preferível à guerra.

Sendo considerada como idealista, a paz kantiana, propunha, portanto, a associação dos Estados para garantir a independência política e integridade territorial dos participantes. Essa premissa pode ser considerada o ápice das relações internacionais dos Estados e suas diplomacias, uma vez que tem um enfoque na redução de assimetrias como forma de haver equilíbrio e segurança.

2.5.3 Jean-Jacques Rousseau

Rousseau, ainda que não seja tão conhecido por tratar de temáticas de paz, fez uma crítica ao texto *Projet pour rendre la paix perpétuelle em Europe*, de Abbé de Saint-Pierre. No contexto da época, a Europa estava sofrendo os resultados das guerras engendradas pela disputa de poder entre as monarquias, havendo, assim, um período de instabilidade e desejo de pacifismo no continente.

Para o teórico, o homem seria naturalmente bom e a sociedade o corromperia. Desta forma, Rousseau acredita também que a paz se sucederia através da união dos povos – no caso, da unidade europeia, ou Confederação de Estados Europeia. Essa união seria mais facilmente estabelecida através da proximidade da cultura, ou por intermédio da religião.

A religião para Rousseau seria um elo muito forte e, por intermédio dela houve, uma universalização do princípio ético-moral e jurídico-moral, pois esta limitaria as guerras baseando-se no jurídico, além de atender as pessoas em necessidade, e influenciaria comportamentos relativos a paz.

No mais, Rousseau acreditava que o homem deveria renunciar ao seu estado Natural e submeter-se a leis, pois estas regeriam a comunidade de forma que todos se comportariam, tal qual Hobbes também pensava.

A paz para Rousseau, portanto, seria atingida por meio da junção de elos (união) e leis. Por conseguinte, os homens entrariam em harmonia e, pensando no contexto da época, parariam de guerrear entre si para a conquista de territórios e poder, já que se com a unificação das comunidades não seria necessário o embate, da mesma forma que as leis protegeriam os homens deles mesmos.

2.5.4 Amartya Sen

Para o famoso economista e filósofo, ganhador do Nobel de economia de 1998, o papel da mulher na sociedade é essencial para o desenvolvimento social e diminuição da desigualdade de gênero.

Ele defendia que as mulheres, quando inseridas na esfera estatal ou pública, traz consigo o mesmo cuidado que ela tem como se estivesse cuidando de sua própria casa. Desta forma, uma vez que ela está inserida e a desigualdade de gênero diminuir isto levará, também, a diminuição da violência e das demais causas sociais, produzindo, assim, um desenvolvimento social.

Portanto, para o autor, a inserção da mulher na esfera pública é de extrema importância para o desenvolvimento, pois elas se tornam agentes ativos de mudança, e assim, “a sua contribuição positiva para fortalecer a voz ativa e a condição de agente das mulheres – por meio da independência e do ganho do poder” (SEN, 2010, p. 246)

4 OS DISCURSOS DE STAR WARS

Nas etapas anteriores da pesquisa nos dedicamos a apresentar as principais correntes de Relações Internacionais, bem como temas recorrentes nas perspectivas dessas teorias. Neste momento do trabalho, a proposta é articular essas temáticas e percepções à história apresentada nos seis filmes da saga *Star Wars*, iniciada em 1970.

Vale destacar de antemão que a apresentação de determinados momentos dos enredos se baseia na nossa percepção pessoal da história, tratando-se, portanto, de uma leitura essencialmente livre dos filmes.

George Lucas, o criador da saga *Star Wars*, teve um *insight* ao introduzir a saga na época em que foi lançada: muitos acreditavam que o filme não seria bem recebido, uma vez que o *timing* das superproduções espaciais havia acabado. No entanto, o filme foi um sucesso e veio a ser um clássico do cinema.

Os cenários apresentados nos longas-metragens, embora sejam apenas ficcionais, têm um rico conteúdo passível de reflexão, podendo ser inquiridos por diversas óticas teóricas das Relações Internacionais.

Para compreendermos os discursos em *Star Wars*, é necessário primeiramente que haja o entendimento daquilo que rege todo o contexto da Saga: a Força.

A Força é gerada nos corpos por meio dos midi-chlorians, formas de vida microscópicas inteligentes, que estão presentes dentro das células. Obi-Wan Kenobi explicou no Episódio IV: *Uma Nova Esperança* que “a Força é o que dá poder ao Jedi. É um campo de energia criado por todos os seres vivos, ela nos envolve e penetra. É o que mantém a galáxia unida”. No entanto, cabe ressaltar que o poder da Força poderia ser usado por indivíduos que eram sensíveis a ele, ou seja, não somente por Jedi.

Os indivíduos sensitivos à Força têm bastante presença nos discursos; dentre eles, destacam-se os membros da Ordem Jedi e da Ordem Sith. A Ordem Jedi é uma ordem de protetores unificados pelo poder da Força. Os Jedi eram os guardiões da paz e da justiça na República Galáctica. Em contrapartida, a Ordem Sith é uma antiga ordem dedicada ao lado sombrio da Força. Os Sith praticam, sobretudo, o ódio e a ganância e se utilizam do lado obscuro da Força para adquirir poder na galáxia.

Entretanto, o contexto cinematográfico da esfera galáctica não engloba apenas o embate ideológico dos Jedi e dos Sith. Os filmes também envolvem questões políticas, comerciais e sociais, as quais podem ser relacionadas com o nosso cenário internacional.

Neste capítulo analisaremos os discursos da Saga de *Star Wars* de acordo com as teorias de Relações Internacionais já apresentadas, bem como a visão de seus autores, de modo que possamos compreender as narrativas que serão expostas a seguir. Desta forma, será feita uma análise comparativa entre os diálogos presentes nos longas-metragens e suas semelhanças com as teorias aqui abordadas.

4.1 FEDERAÇÃO DE COMÉRCIO E A PREMISSA LIBERAL

Em sua origem, a Federação de Comércio foi estabelecida com o propósito de representar comerciantes, mercantes e grupos comerciais. Entretanto, sua expansão foi tão significativa que a tornou em uma das organizações corporativas mais ricas da galáxia, controlando a maior parte das rotas de comércio interestelares.

O Senador Palpatine de Naboo recomendou que o Chanceler Supremo Valorum diminuísse o poder da Federação de Comércio. Desse modo, foi aprovada pelo Senado Galáctico a Resolução BR-0371, a qual autorizava a taxação das mais importantes rotas hiper-espaciais de comércio. Assim, a arrecadação das taxas das Zonas de Livre Comércio seriam utilizadas para desenvolver e melhorar sistemas adjacentes. O resultado foi a diminuição dos lucros da Federação de Comércio.

Liderada pelo Vice-Rei Nute Gunray, a Federação de Comércio foi representada no Senado da República a fim de galgar um poder ainda maior. Entretanto, diante das ordens de Darth Sidious, líder dos Sith, a Federação de Comércio, insatisfeita quanto às taxas, enviou uma frota de naves à Naboo.

O Vice-Rei Nute Gunray questiona Darth Sidious sobre o ataque em Naboo (Figura 1)

Figura 1 - Vice-Rei Nute Gunray e Darth Sidious



Star Wars Episódio I: A Ameaça Fantasma. Direção: George Lucas, Produção: Rick McCallum. EUA: Lucasfilm, 1999.

O bloqueio, impedindo a importação e exportação, imperado em Naboo perdurou por semanas e a situação do planeta piorou ao passo que os bens se esgotavam. Ainda, a Federação de Comércio enviou seus dróides de combate para invadir o pacífico planeta Naboo e instaurar uma crise governamental na República.

Por conseguinte, o Chanceler Supremo Valorum enviou dois Cavaleiros Jedi para intervir na situação e resgatar a Rainha Amidala, que comandava a Monarquia Eleitoral de Naboo. Após seu resgate, ela iniciou uma incursão e com a ajuda dos Cavaleiros Jedi e capturou o Vice-Rei, encerrou a invasão ao planeta.

Segundo a teoria de Locke, a paz seria encontrada com a estabilidade do comércio. Ainda para o autor, é dever do Estado vigiar pela segurança de seus cidadãos, protegendo-os contra atitudes que transtornem e impeçam seus direitos intransferíveis.

Palpatine arquitetou um plano para desestabilizar o comércio e tirar o equilíbrio do sistema intergaláctico. Dessa forma, trouxe caos para a galáxia, uma vez que motivou a implantação de barreiras tarifárias, provocando o rompimento do momento de estabilidade que o sistema econômico se encontrava.

4.2 A REPRESENTAÇÃO FEMININA E O EMPODERAMENTO REVOLUCIONÁRIO

Padmé Amidala foi eleita Rainha de Naboo e teve grande influência na busca por liderança e paz no contexto diplomático da República Galáctica. Durante a invasão em seu planeta natal, ela se determinou a libertar o seu povo e se aliou aos Gungans visando o apoio das forças. Em consequência disso, desencadeou um ataque de três pontas: um assalto aéreo, terrestre e furtivo.

Em um de seus discursos no Senado Galáctico, em *Star Wars Episódio I: A Ameaça Fantasma*, Padmé expõe sua voz de liderança: “eu não fui eleita para assistir à morte e ao sofrimento de meu povo enquanto você discute essa invasão num comitê.”

A seguir podemos ver o disfarce da Rainha Amidala a representando em uma reunião do Senado após o bloqueio em Naboo (Figura 2)

Figura 2 - Disfarce da Rainha Amidala



Star Wars Episódio I: A Ameaça Fantasma. Direção: George Lucas, Produção: Rick McCallum. EUA: Lucasfilm, 1999.

Após o término de seus dois mandatos como rainha, Padmé seguiu Senadora representante de Naboo e teve grande destaque durante as Guerras Clônicas sendo considerada líder da oposição. À medida que um movimento separatista começou a crescer, o Supremo Chanceler Palpatine procurou poderes de emergência que permitiriam a criação de um Grande Exército da República e, assim, Padmé se tornou parte do Comitê Legalista lutando pela paz na República.

As mulheres, na visão do teórico Amartya Sen, são agentes de mudança, ou seja, elas podem realmente fazer a diferença. Desta forma, Padmé é uma líder que está inserida num dos principais planetas da Federação Comercial, coisa rara de ver em filmes. Padmé é exemplo do empoderamento feminino no contexto de esfera pública, mostrando que, assim, a mulher pode chegar nos mesmos lugares que os homens, os colocando de igual para igual.

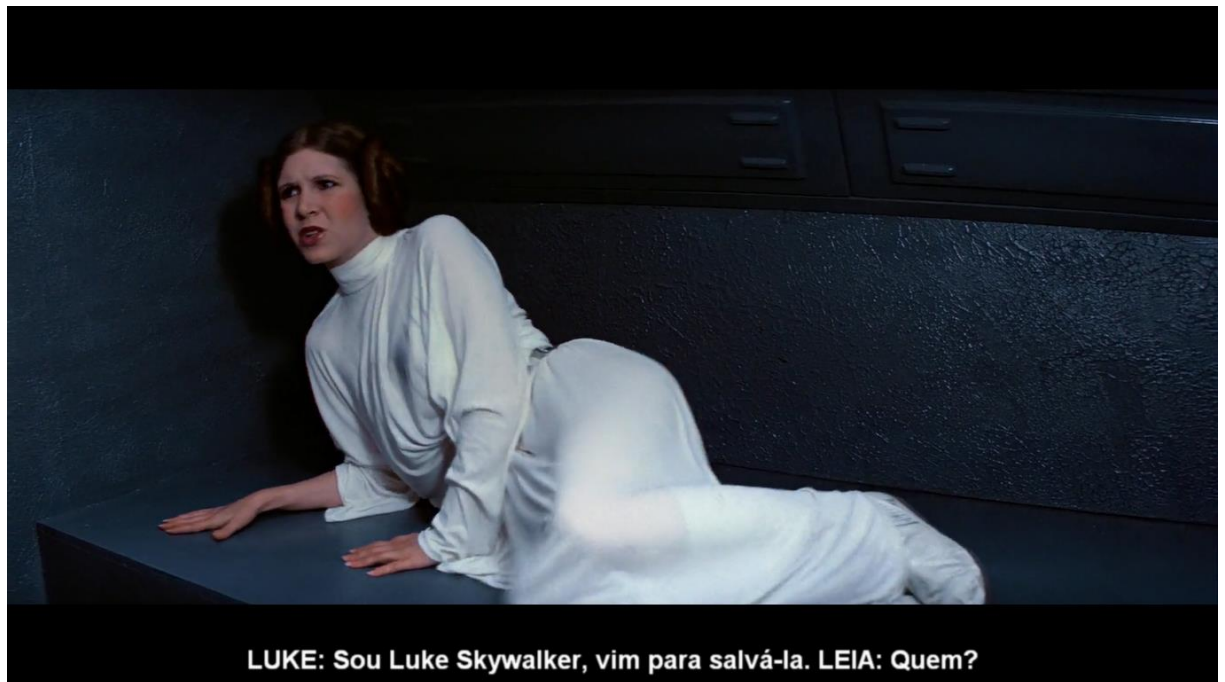
É imprescindível salientar que Padmé Amidala, casou em segredo com Anakin Skywalker⁹ e antes de morrer, concebeu Luke Skywalker e a Leia Organa, que, mesmo sem saber, deu continuidade aos ideais pregados por sua mãe. Leia foi tomada pelo senador Bail Organa, um amigo de Padmé e aliado dos Jedi, que a criou como sua filha em Alderaan.

Ela foi membro do Senado Imperial e uma das líderes mais afincas das Aliança Rebelde e lutou vigorosamente contra a tirania do Império Galáctico. Igualmente importante é o protagonismo desempenhado pela Leia, que mudou a noção de “donzela em perigo” das produções cinematográficas.

Percebemos isso quando Luke Skywalker a resgata e ela franze o cenho, como se não precisasse ser resgatada (Figura 3).

⁹ Anakin, foi um Cavaleiro Jedi durante a República Galáctica e mais tarde sucumbiu ao lado negro da Força, ajudando na queda República, extinção dos Jedi e ascensão do Império Galáctico.

Figura 3 - Princesa Leia



Star Wars Episódio IV: Uma Nova Esperança, Direção: George Lucas, Produção: Gary Kurtz; Rick McCallum. EUA: Lucasfilm, 1977.

Cabe enfatizar que a história da trilogia original pertence a Luke e ele veio para salvar o dia. No entanto, Leia já é uma heroína, uma vez que é ela quem lidera a Aliança Rebelde, a única oposição ao Sith Darth Vader. É Leia quem coloca seu conhecimento de espionagem e tecnologia em ação. Ademais, é a Leia, que, quando resgatada por não só Luke, mas Han Solo, Chewbacca e Obi-Wan Kenobi rapidamente se junta a eles, repleta de armamento, para lutar.

A verdade é que, Leia junta-se aos homens em todas as batalhas, podemos perceber isso em *Star Wars Episódio V: O Império Contra-Ataca*, quando no planeta gelado Hoth, ela comanda a defesa da base militar dos Rebeldes e é uma das últimas a sair do lugar desmoronando (Figura 4).

Figura 4 - Princesa Leia comandando a defesa da Base Rebelde em Hoth



Star Wars Episódio V: O Império Contra-Ataca, Direção: Irvin Kershner, Produção: Gary Kurtz. EUA: Lucasfilm, 1980.

Além disso, Leia resgata Han, disfarçada de um caçador de recompensa, no palácio de Jabba, o Hutt – um dos mais poderosos gângsters da galáxia, com grande influência na política e no submundo criminal. Outro momento importante de evidenciar é a participação de Leia na linha de frente, na decisiva Batalha de Endor.

Aqui vemos Leia armada, prestes a lutar contra tropas de assalto do Império Galáctico (Figura 5)

Figura 5 - Han Solo, Leia e Chewbacca



Star Wars Episódio VI: O Retorno de Jedi, Direção: Richard Marquand, Produção: Howard G. Kazanjian, Rick McCallum. EUA: Lucasfilm, 1983.

Assim sendo, Leia Organa não é uma princesa que necessita ser resgatada, é uma mulher empoderada que não se prende às condutas de gênero retrógradadas. Sob a perspectiva do autor, a mulher, quando inserida no contexto da política pública, trará o cuidado que ela tem para a sociedade, tornando possível a reversão da violência, contendo ondas de caos e, conseqüentemente, promovendo uma melhora significativa no contexto social.

Nesse sentido, podemos tomar a atuação de Leia rompe com a lógica da hierarquia do gênero, que “refere-se à dominação institucionalizada do gênero masculino sobre o feminino, nas relações econômicas, políticas, militares e religiosas, por meio da legitimação da forma masculina heterossexual de pensamento e prática” (PETERSON apud SARFATI, 2005, p. 294).

Com efeito, tanto Padmé quanto Leia representam um confronto à tradicional visão androcêntrica de mundo, intimamente articulada à perspectiva feminista de que as mulheres “abrem novas perspectivas para as Relações Internacionais, envolvendo novos tópicos de investigação, como a vida diária das mulheres, sua luta contra a opressão, seu papel nas transformações sociais, etc (TRUE apud SARFATI, 2005, p. 295).

4.3. PALPATINE: DE SOBERANO AO LEVIATÃ

Em *Star Wars* não é mostrado, explicitamente, como Senado apresentado foi formado. Contudo, os senadores ali presentes foram eleitos de alguma forma para a representação dos objetivos políticos de seus planetas, assim, assume-se que o senado intergaláctico foi eleito através do voto popular, ou seja, democraticamente. Partindo desta premissa, analisaremos como o Senador Sheev Palpatine passou de um “mero” senador, eleito pelo planeta Naboo, a chanceler e, assim, a Leviatã.

É válido salientar que o Senado consistia em um vasto número de senadores que representavam os diversos mundos da galáxia, a fim de mediar disputas, propor leis e regulamentações vitais que mantivessem a República Galáctica. Assim, deveria respaldar a política conforme o poder que detinham e aplicar a premissa da segurança coletiva e *status quo*, como Morgenthau propunha.

Em primeiro momento, somos apresentados ao senador através da Rainha Amidala, dado que Palpatine era parte de seu círculo de confiança e a rainha obtinha instruções e conselhos do senador. É importante ressaltar que Palpatine, cujo codinome é Darth Sidious, era um Lorde Sith, conspirador, poderoso e maligno. Desse modo, vivendo uma vida dupla, Sidious era de fato um senador de Naboo, mas uma ameaça fantasma.

Em uma sessão especial do senado, Palpatine faz um discurso para que seja eleito Chanceler com a promessa de combater uma possível guerra civil que estava em andamento. Palpatine, em *Star Wars Episódio II: Ataque dos Clones* afirma que: “como primeiro ato com essa nova autoridade, eu criarei um grande exército da República para conter as crescentes ameaças dos separatistas”.

Na *screenshot* a seguir temos Sheev Palpatine em seu discurso no Senado (Figura 6)

Figura 6 - Sheev Palpatine discursando



Star Wars Episódio II: Ataque dos Clones. Direção: George Lucas, Produção: Rick McCallum. EUA: Lucasfilm, 2002.

Aqui, Palpatine se torna o verdadeiro “Leviatã” ao criar um Estado forte, poderoso e violento, capaz de repreender os contrários ao regime “absolutista”. Afinal, o contrato social de Hobbes, apesar de ser superficial, possui a necessidade de que o Estado cumpra sua parte: uma sociedade regida por leis duras e por medo que tem a finalidade de garantir a ordem do sistema. Assim, ao se elevar a verdadeira representação do Leviatã, Palpatine cumpre sua função do contrato, da mesma forma que a sociedade cumpriu a sua quando o elegeu a senador, e como o senado o tornou chanceler.

Todavia, ao analisarmos a trajetória de Palpatine, notamos como seu percurso pode ser descrito como “maquiavélico”, ou seja, ele usa de sua influência e manipulação para conseguir seus objetivos de poder e se tornar um “príncipe”. Ele manipulou lentamente o sistema político da República Galáctica até que fosse nomeado Chanceler Supremo.

Já no *Episódio III: A Vingança dos Sith*, em uma conversa com Anakin, ele diz que: “mais uma vez os Sith vão governar a galáxia e, então, teremos paz”. Em outro momento, discursando no Senado como Palpatine, ele salienta que “a fim de garantir a segurança e manter a estabilidade, a República será reorganizada e convertida no Primeiro Império Galáctico para uma segura e tranquila sociedade”.

Para Maquiavel, um príncipe necessitaria parecer possuir todas as virtudes, mesmo que isso não seja real, aparentar possuí-las seria o necessário. No mais, para o autor é melhor o príncipe ser temido do que amado, pois o medo faria com que as pessoas obedecessem mais aos comandos do príncipe.

A seguir vemos a nova forma de Palpatine, prestes a se revelar como Darth Sidious. (Figura 7).

Figura 7 - Darth Sidious instaurando o Império Galáctico



Star Wars Episódio III: A Vingança dos Sith. Direção: George Lucas, Produção: Rick McCallum. EUA: Lucasfilm, 2005.

Sendo assim, o Imperador Palpatine, depois de derrubar a República e fundar o Império, seria, também, um príncipe na visão de Maquiavel, visto que, possui todas as virtudes necessárias para ser tornar e se manter um: o carisma, a inteligência e a malícia necessária para que o príncipe consiga reger uma sociedade de forma que a segurança do povo e seu bem-estar.

4.4 A PAZ IDEALISTA DOS JEDI

Os Jedi serviram à República por mais de milhares de gerações, agindo como guardiões da paz. A conduta de um Jedi deveria ser totalmente baseada no Código

Jedi: não há emoção, há paz. Não há ignorância, há conhecimento. Não há paixão, há serenidade. Não há caos, há harmonia. Não há morte, há a Força.

O ideal Jedi centra-se em um guia, igualmente ao que a Paz Perpétua de Kant pregava em seus acordos. No entanto, a humanidade é desigual, seja por natureza ou em decorrência de questões sociais e políticas. É importante salientar que as desigualdades tendem a levar o indivíduo ao medo, caos e terror, levando a humanidade a procurar formas de sobrevivência.

O Mestre Jedi e líder do Conselho Jedi, Yoda, explana em *Star Wars III: A Vingança dos Sith*, que “o medo é o caminho para o lado negro”. Na imagem a seguir, podemos ver a percepção completa do mestre Jedi: (Figura 8).

Figura 8 - Mestre Yoda



Star Wars Episódio I: A Ameaça Fantasma. Direção: George Lucas, Produção: Rick McCallum. EUA: Lucasfilm, 1999.

Ora, se as desigualdades promovem o medo, o Código Jedi, bem como a Paz Perpétua, se tornam essencialmente utópicos.

Assim, como a função de um Jedi é estritamente manter a paz, a harmonia e união na galáxia, podemos perceber maior tangibilidade para a paz Jedi na premissa da paz de Rousseau, a qual poderia ser estabelecida a partir de uma sociedade unida, sem que planetas fossem disputados para obtenção de controle. O Código

Jedi é visto por muitos como uma religião e, para Rousseau, a religião seria uma forma de unir os povos e trazer paz.

Além disso, os Jedi são instruídos à procura de resoluções que não sejam violentas. Ainda é dito que devem agir com sabedoria e é no Conselho Jedi, dentro do Senado, que recorrem ao *soft power*, articulando acerca de estratégias para exercer a influência ou utilizando dos poderes de persuasão ao invés de utilizarem diretamente dos benefícios que a Força fornece ou até mesmo a violência.

Na Figura 9, conhecemos a percepção de Yoda acerca da força, durante o treinamento Jedi de Luke:

Figura 9 - Luke Skywalker e Mestre Yoda em Dagobbah.



Star Wars Episódio V: O Império Contra-Ataca, Direção: Irvin Kershner, Produção: Gary Kurtz. EUA: Lucasfilm, 1980.

Aqui, a segurança não é a única camada importante para os Jedi; a união e bem-estar da galáxia vão contra o pensamento Sith de que para a paz existir é necessário ter caos e guerra. Por conseguinte, os Jedi acreditavam na segurança interdependente, desacreditando a ideia de que a segurança é o fim ao trazer novas pautas para a manutenção da ordem intergaláctica.

Cabe ressaltar que os Jedi possuíam poderes adquiridos pela Força. Dentre os poderes estão a telecinese¹⁰, telepatia, velocidade da Força¹¹, visão do futuro, mas, sobretudo, poder de persuasão: a capacidade de realmente manipular a mente de alguém. Obi-Wan em *Star Wars Episódio IV: Uma Nova Esperança* comenta sobre isso: “a Força pode ter grande influência em mentes fracas”.

Os elementos do *hard power* de Nye são evidenciados nessa conduta de persuasão de um Jedi, mesmo não usando a força bruta, há a coerção fazendo com que alguém faça o que ele deseja. No mesmo filme citado acima, Luke e Obi-Wan estão em fuga com os andróides que possuem os planos para derrotar a estação bélica do Império e são parados por um bloqueio dos Stormtroopers¹².

Na sequência temos duas ilustrações que evidenciam esse método. (Figuras 10 e 11).

Figura 10 - Obi-Wan Kenobi usando o truque mental



Star Wars Episódio IV: Uma Nova Esperança, Direção: George Lucas, Produção: Gary Kurtz; Rick McCallum. EUA: Lucasfilm, 1977.

¹⁰ Compreende-se a manipulação de objetos e até de seres por meio da levitação e até mesmo arremesso.

¹¹ Um Jedi poderia aumentar a velocidade sobre humanamente.

¹² Tropa de elite do Império Galáctico.

Figura 11 - Stormtroopers persuadidos por Obi-Wan



Star Wars Episódio IV: Uma Nova Esperança, Direção: George Lucas, Produção: Gary Kurtz; Rick McCallum. EUA: Lucasfilm, 1977.

No entanto, é possível que para salvar uma vida ou quando as primeiras tentativas falharem, o Jedi possa recorrer ao uso da força¹³ para solucionar alguma contenda. O caminho para o combate, talvez pareça a melhor e única escolha, todavia, jamais deve ser a primeira alternativa. Por meio dessa perspectiva, a premissa do *smart power* também pode ser enquadrada nos Jedi, uma vez que eles dispõem da força e manipulação quando necessário. Entretanto, no exercício de diplomatas da galáxia, prezam em primeiro lugar pela solução pacífica dos conflitos.

4.5 O REALISMO DO IMPÉRIO GALÁCTICO

O Império Galáctico instaurou durante anos o medo, a intimidação e principalmente tirania. Assim como a concepção de Carr, o poder militar era a mais importante forma para o Império. Desse modo, o então ex-Chanceler Supremo Palapatine, tornou-se Imperador com uma poderosa força militar, incluindo Stormtroopers, tecnologia de espionagem como droides de sonda e a gigantesca Estrela da Morte destruidora de planetas.

¹³ Aqui a força, com a inicial em minúsculo, se diferencia da Força.

Em *Star Wars*, o Império encontra legitimidade ao usar a força para atingir seus objetivos, de mesmo modo que o Estado de Raymond Aron o faz. Além disso, os três tipos de guerras para o teórico estão presentes na Saga: motivados por a sede de conquista e domínio, os Sith aniquilam os Jedi, a República e a democracia para instaurar uma nova ordem com base em seus ideais, ou seja, o Império a fim de alcançar a glória.

Cabe ressaltar que o Imperador permaneceu poderoso e teve ao seu lado o Grande Moff¹⁴ Tarkin e Darth Vader. A fim de dissuadir o Senado de forma permanente, criou a estação espacial Estrela da Morte e o poder de governo foi dado aos governadores regionais, que se encarregariam de manter os sistemas dissidentes pelo medo da estação.

Clausewitz entende que a guerra é a continuação da política por outros meios, dessarte, o cerne do poder político, na visão imperial, estava na legião de soldados e no poderio bélico. Nesse contexto, os Stormtroopers, além de defender os interesses imperiais, desempenhavam ainda o papel de lembrar à galáxia sobre o poder do Império.

O Império contou com o afinco de Tarkin para demonstrar o poder imperial. Seu caráter estrategista demonstra que é o forte general de Clausewitz, mostrando aos inimigos que de uma forma ou de outra o Império é absoluto e supremo. Logo no começo do primeiro filme de *Star Wars*, percebemos a essência de Tarkin. (Figura 12).

¹⁴ Título dado aos governadores regionais.

Figura 12 - Grande Moff Tarkin

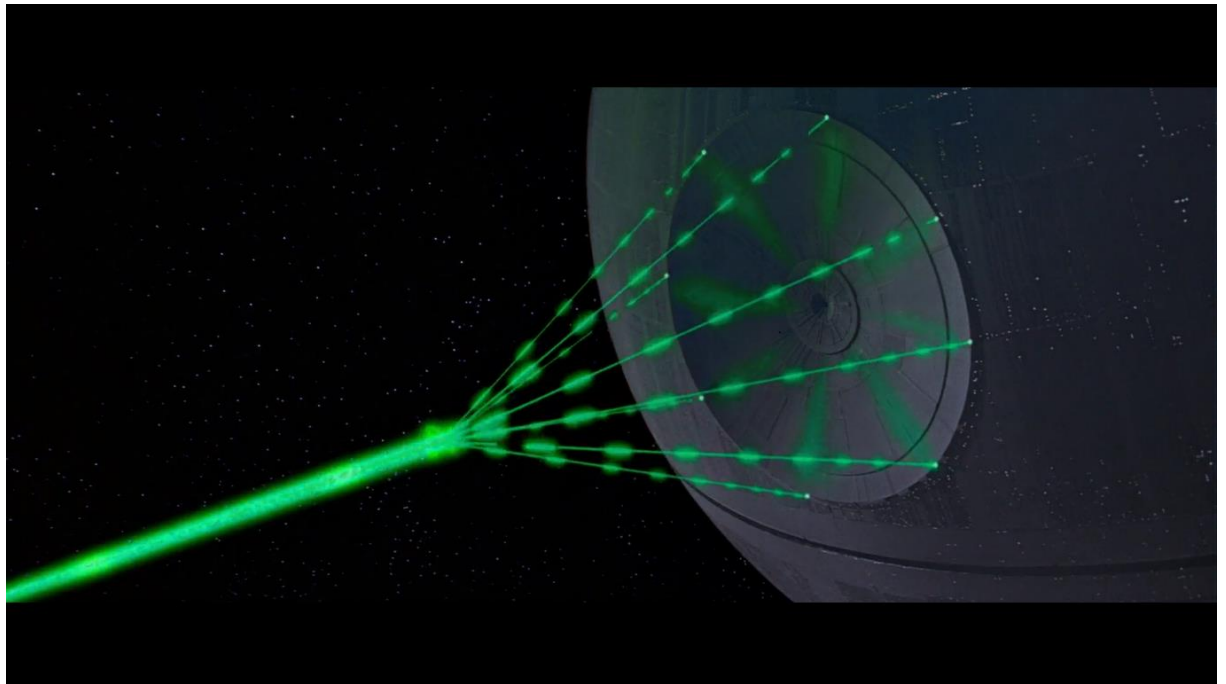


Star Wars Episódio IV: Uma Nova Esperança, Direção: George Lucas, Produção: Gary Kurtz; Rick McCallum. EUA: Lucasfilm, 1977.

Neste momento, Tarkin fala sobre o medo que a Estrela da Morte causará. Ele se tornou defensor da estação de batalha, a entendendo como a chave para vencer toda a resistência ao domínio de Palpatine. Mais tarde, no mesmo filme, demonstra efetivamente o poder da estação ao atirar o *superlaser* para explodir o planeta Alderaan em frente de Leia.

Abaixo a foto ilustra o *superlaser* momentos antes de atirar em Alderaan. (Figura 13).

Figura 13 - Estrela da Morte prestes a destruir Alderaan



Star Wars Episódio IV: Uma Nova Esperança, Direção: George Lucas, Produção: Gary Kurtz; Rick McCallum. EUA: Lucasfilm, 1977.

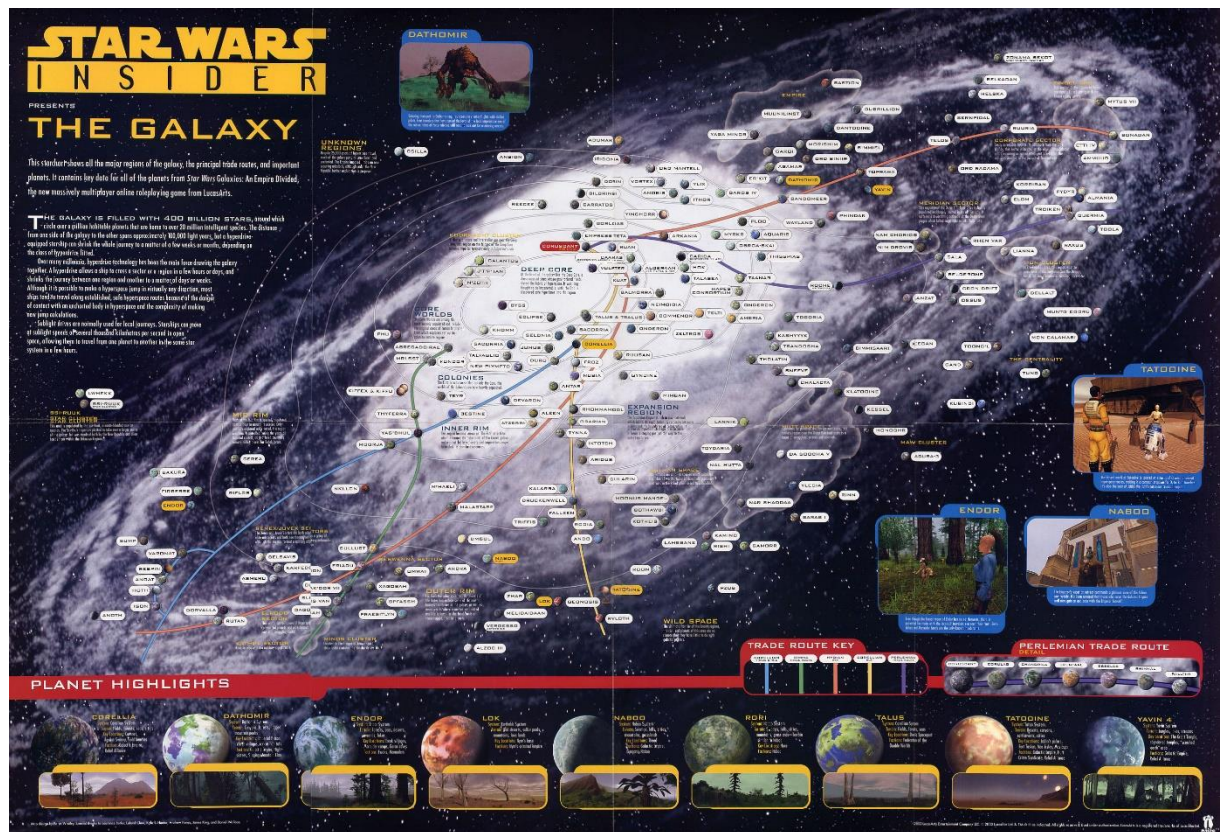
Após Leia o enganar sobre o planeta em que a base secreta da Aliança Rebelde se encontrava, Tarkin ordenou que os Stormtroopers não atirassem enquanto Leia, Han e Luke escapavam, justamente para que pudessem descobrir o paradeiro da base. O ponto mais forte de um general para Clausewitz é a estratégia, desse modo, Tarkin como um ótimo estrategista ponderou muito bem sobre essa decisão para que trouxesse triunfo ao Império.

4.6 A ESCRAVIDÃO DA ORLA EXTERIOR E A EXPLORAÇÃO DO TRABALHO DE KARL MARX

Para compreendermos a escravidão em *Star Wars*, é necessário que entendamos o porquê de ela existir mesmo havendo República. Para isso, é preciso dizer que a galáxia é dividida por orlas e a Orla Exterior era a parte menos povoada. Esses territórios eram menos explorados e repletos de caçadores de recompensa e contrabandistas uma vez que não havia governo legitimado na região, tampouco segurança.

No mapa abaixo, podemos ver a disposição de todas as Orlas. (Figura 14).

Figura 14 - Mapa Oficial de Star Wars



The Empire Wants You in *Star Wars Galaxies*. Revista Insider, v. 65, 2003.

Embora a República Galáctica tenha proibido a escravidão era ainda existia na Orla Exterior justamente por ser um território esquecido. Mos Espa, um assentamento espacial localizado em Tatoine, planeta de Anakin Skywalker, pertencente a essa Orla, vivia na escravidão e os seres sencientes, isto é, capazes de pensar de modo inteligente, eram escravizados. Esses escravos tinham *chips* implantados em seus corpos para conter a fuga; caso escapassem, seriam explodidos.

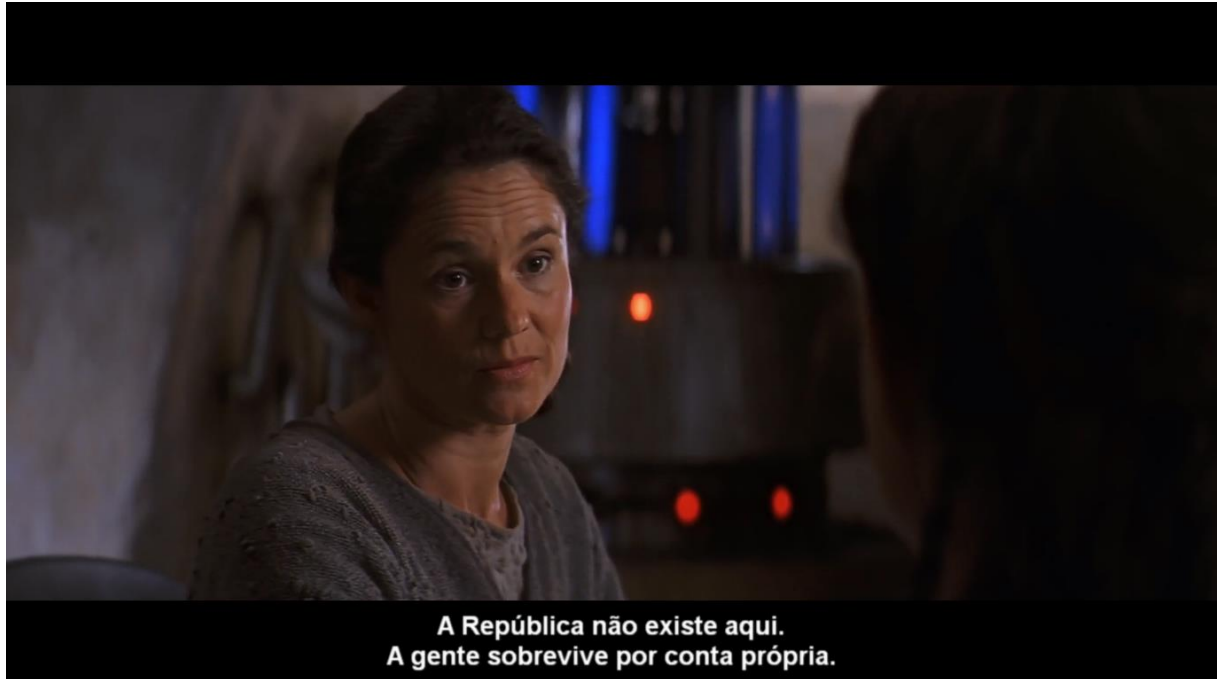
Anakin e sua mãe Shmi Skywalker eram escravos e pertenciam a Watto, um vendedor de sucata. Quando o mestre Jedi Qui-Gon Jinn seu então padawan¹⁵ Obi-Wan Kenobi, e Padmé foram a Tatoine, conheceram Anakin, ainda criança, e descobriram o potencial dele. Para Qui-Gon ele era o Escolhido¹⁶ e, por esse motivo, o libertou da escravidão e o levou para a comunidade Jedi.

¹⁵ Adolescente em treinamento sensível à Força.

¹⁶ Profecia Jedi que acreditava que haveria um ser que traria equilíbrio à Força. Anakin Skywalker foi concebido por mid-chlorians e mais para frente trouxe de fato equilíbrio à Força quando, enquanto Darth Vader, matou Darth Sidious para salvar seu filho Luke Skywalker.

Em uma conversa com Shmi, Padmé argumenta que não acredita que a escravidão ainda possa existir, uma vez que a República criou leis antiescravagistas. Nesse momento, Shmi explica à rainha a realidade de sua comunidade, como podemos ver na *screenshot* abaixo (Figura 15):

Figura 15 - Shmi Skywalker, mãe de Anakin Skywalker



Star Wars Episódio I: A Ameaça Fantasma. Direção: George Lucas, Produção: Rick McCallum. EUA: Lucasfilm, 1999.

Desse modo, como a República não existe em Tatooine, há a escravidão. A partir dessa ótica, percebe-se que os seres sensientes se assemelham ao proletariado e são explorados a partir da premissa da mais valia, uma vez que os proprietários visavam o lucro com o trabalho escravo. Portanto, apenas um reduzido grupo era beneficiado através do desenvolvimento da força produtiva escrava, provocando o sofrimento e privação da classe proletária.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho aqui apresentado teve como propósito salientar como as perspectivas teóricas de Relações Internacionais podem ser explanadas através de películas cinematográficas como a Saga Star Wars, tendo como propósito salientar como as perspectivas teóricas de Relações Internacionais podem ser explanadas através de películas cinematográficas como a Saga Star Wars, havendo a possibilidade de maior compreensão por parte dos leigos do assunto, haja vista que os filmes aqui representados são de grande apelo popular. Ademais, foram apresentadas diversas correntes teóricas que de alguma forma podem tanto se correlacionar com o filme como também explicar seus contextos, uma vez que, as teorias aqui estudadas visam demonstrar como a cultura popular pode, também, ser uma fonte rica em assuntos acadêmicos.

Acerca das teorias aqui produzidas e seus teóricos, podemos exteriorizar suas principais ideias, como o Poder para Clausewitz, que tinha a guerra como meio imprescindível para o alcance do poder, uma vez que a guerra e a política se fundem entre si. Em contrapartida, Carr utilizava de três vertentes para o poder: econômico, militar e a opinião pública, o militar seria o mais importante dos três e a última instância. As duas visões foram usadas para explicar o Império Galáctico. Morgenthau, por sua vez, pensava que os interesses dos Estados eram guiados pelo poder, assim, deveria haver um equilíbrio para a competição não se tornar caótica, sendo utilizado na leitura do Senado Galáctico. Por fim, Nye acreditava nas premissas do *hard power* e *soft power*, o primeiro baseava-se no uso do poderio militar (na guerra) ou o poder de persuasão – não sendo essencialmente agressivo, já o segundo seria o poder mais brando, influenciando cultural e ideologicamente, por exemplo, como na ideologia Jedi.

Segurança também é fonte das teorias aqui expostas e nela foram utilizados dois autores: Morgenthau e Nye. Na visão de Morgenthau a segurança seria alcançada através do *Status Quo*, ou seja, a manutenção da distribuição do poder de uma forma que esta ficasse conveniente para os próprios Estados já que para eles, a paz é obtida por meio de um balanço de poder. Teoria também utilizada para explicar o Senado Galáctico. Já para Nye, a segurança não é o objetivo central de um Estado, mas a política internacional como um todo. O autor acredita que há outras premissas além da segurança que ao serem colocadas em debate trariam a

segurança como resultado. É por meio da interdependência complexa que não se faz necessária a utilização da força para que a paz seja alcançada ou mantida. Aqui foram utilizados os ideais Jedi de segurança.

No que tange à economia, foi utilizada a teoria de Locke sobre a defesa do livre mercado e da liberdade de individual que reside na asserção da propriedade privada, para o autor o único papel do Estado seria a promoção da segurança, tornando, assim, o indivíduo livre para a manutenção do seu próprio bem-estar. Locke explica bem como funciona a Federação de Comércio no universo de Lucas. No entanto, para Marx, as convicções capitalistas provocam a mudança social, dividindo as classes entre burguesia e proletariado. É a partir do capital que há a concentração de meio de produção e alienação da população. A partir dessa crítica, a escravidão dos povos de Tatoonie pode ser explicada.

Na política, citou-se Aron, Hobbes e Maquiavel. Aron, acreditava que o Estado era o único ator legítimo a fazer o uso da força e a guerra seria um caminho para alcançar o poder. Tal premissa foi utilizada para explanar acerca do Império Galáctico. Hobbes, no entanto, era um contratualista, ou seja, ele acreditava em um contrato social que regeria a sociedade. Através deste pacto os indivíduos entregariam seus direitos a um soberano que em troca promoveria um Estado com segurança. Já Maquiavel acreditava que era melhor ser temido do que amado e através desta afirmação, o príncipe poderia ser um político ideal se aparentasse possuir as virtudes dignas de tal, como carisma, persuasão e malícia. Os dois teóricos foram usados para explanar sobre o Imperador Palpatine e a ascensão do Império.

Em relação a Paz, Kant acreditava na paz perpetua e prepunha a união dos Estados a fim de obter independência política e que o estado de natureza tendência conflitos e guerras, portanto, a paz deveria ser mantida pela constituição civil, no entanto, como exposto na analogia com ideias Jedi a sociedade é desigual por natureza inviabilizando o atingimento de tal paz perpétua uma vez que decorrência de tais desigualdades a sociedade tende a se corromper a fim de tentar se igualar. E Rousseau, acreditava que a paz seria possível através da união dos povos, então, deveria haver harmonia para que as guerras fossem evitadas e paz atingida: dentre o pensamento Jedi sobre o que concerne à paz, Rousseau seria mais suscetível a alcançar a paz pensada pelos Jedi do que o pensamento de Kant.

E por fim, o feminismo e o empoderamento são, na visão de Amartya Sen, um meio de mudança através da mulher inserida na política pública. A presença feminina nos filmes é destacada por Padmé Amidala e Leia Organa, que em inúmeras situações tomam a frente do embate e, caso tivessem que provar, se provaram muito capazes de conduzir os interesses pelos quais lutavam.

Portanto, neste trabalho objetivou-se realizar um estudo sobre os discursos da Saga cinematográfica *Star Wars*, a trilogia original e a prequela, e como se relacionam com as teorias de Relações Internacionais. Aqui foram destrinchados os mais importantes discursos políticos dos filmes com base no entendimento das principais teorias de Relações Internacionais. Foi, enfim, esclarecido que é possível entender teorias consideradas complexas quando as comparamos com circunstâncias cotidianas, como, por exemplo, uma clássica coletânea de filmes.

A partir do momento em que há um estudo como este, o debate é fomentado, uma vez que muitos não têm uma visão crítica daquilo que assistem nas telas do cinema. Sendo assim, com a leitura deste trabalho há o enriquecimento da compreensão e percepção da realidade. A Saga criada por George Lucas trata, de uma forma inteligível, questões muito pertinentes e próximas à nossa realidade.

REFERÊNCIAS

2. Poder e Independência. Sistema Maxwell PUC – Rio. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/19569/19569_3.PDF>. Acesso em 30 de outubro de 2017.
- CARR, Edward Hallet. Vinte Anos de Crise: 1919-1939. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.
- CASTRO, Thales. **Teoria das relações internacionais**. Brasília: FUNAG, 2012.
- Código Jedi. Star Wars Wiki. Disponível em: <http://pt.starwars.wikia.com/wiki/C%C3%B3digo_Jedi>. Acesso em 6 de novembro de 2017.
- Death Star. Star Wars Databank. Disponível em: <<http://www.starwars.com/databank/death-star>>. Acesso em 5 de novembro de 2017.
- DIAS, Reinaldo. **Ciência Política**. São Paulo: Atlas, 2008.
- Federação de Comércio. Star Wars Wiki. Disponível em: <http://pt.starwars.wikia.com/wiki/Federa%C3%A7%C3%A3o_de_Com%C3%A9rcio>. Acesso em 6 de novembro de 2017.
- GOMES, Fernanda da Silva. **Rousseau: democracia e representação**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2006. Acessado em 05/11/2017.
- HOBBS, Thomas. **Leviatã ou Matéria, Forma e Poder de uma República Eclesiástica e Civil**. Organizado por Richard Tuck. Tradução de João Paulo Monteiro e Maria Beatriz Nizza da Silva. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- Jedi Order. Star Wars Databank. Disponível em: <<http://www.starwars.com/databank/jedi-order>>. Acesso em 5 de novembro de 2017.
- Jedi. Star Wars Wiki. Disponível em: <<http://pt.starwars.wikia.com/wiki/Jedi>>. Acesso em 5 de novembro de 2017.
- Keohane, Robert; Nye, Joseph. **Power and Interdependence**. 2 Ed. United States: Harvard University Press, 1989.
- Leia Organa. Star Wars Databank. Disponível em: <<http://www.starwars.com/databank/leia-organa>>. Acesso em 5 de novembro de 2017.
- LOCKE, John. **Segundo tratado sobre o governo**. 2 ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

MALLMANN, Maria Izabel. **Relações políticas internacionais: como entendê-las?** Civitas – Revista de Ciências Sociais, v. 5. n. 2, jul.-dez. 2005

MAQUIAVEL, Nicolau. **O príncipe** (Trad. Antonio Caruccio-Caporale). São Paulo: L&PM Editores: Porto Alegre, 2011.

Morgenthau, Hans Joachim. **A Política entre as Nações: a luta pelo poder e pela paz**. Brasília: UnB, 2003.

Nogueira, João Pontes; Messari, Nizar. **Teoria das relações internacionais: correntes e debates**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

NYE, Joseph. **Soft Power: the means to success in world politics**. Nova Iorque, Public Affairs, 2004.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Rousseau e as Relações Internacionais**. São Paulo, Imprensa Oficial; Editora da UNB; IPRI, 2003.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

Sarfati, Gilberto. **Teoria de Relações Internacionais**. São Paulo: Saraiva, 2005.

Slavery. Wookipedia. Disponível em: <<http://starwars.wikia.com/wiki/Slavery>>. Acesso em 5 de novembro de 2017.

Star Wars Episódio I: A Ameaça Fantasma. Direção: George Lucas, Produção: Rick McCallum. EUA: Lucasfilm, 1999.

Star Wars Episódio II: Ataque dos Clones. Direção: George Lucas, Produção: Rick McCallum. EUA: Lucasfilm, 2002.

Star Wars Episódio III: A Vingança dos Sith. Direção: George Lucas, Produção: Rick McCallum. EUA: Lucasfilm, 2005.

Star Wars Episódio IV: Uma Nova Esperança, Direção: George Lucas, Produção: Gary Kurtz; Rick McCallum. EUA: Lucasfilm, 1977.

Star Wars Episódio V: O Império Contra-Ataca, Direção: Irvin Kershner, Produção: Gary Kurtz. EUA: Lucasfilm, 1980.

Star Wars Episódio VI: O Retorno de Jedi, Direção: Richard Marquand, Produção: Howard G. Kazanjian, Rick McCallum. EUA: Lucasfilm, 1983.

Stormtrooper. Star Wars Wiki. Disponível em: <<http://pt.starwars.wikia.com/wiki/Stormtrooper>>. Acesso de 6 de novembro de 2017.

The Empire Wants You in Star Wars Galaxies. Revista Insider, v. 65, 2003.

Trade Federation. Star Wars Databank. Disponível em: <<http://www.starwars.com/databank/trade-federation>>. Acesso em 6 de novembro de 2017.

VILELA, Francy José Ferreira. **O Liberalismo Político de John Locke**. Disponível em <http://revistapandorabrasil.com/revista_pandora/politica_60/francy.pdf>. Acesso em 8 de novembro de 2017.

Waltz, Kenneth. **Theory of International Politics**. New York, McGraw-Hill, 1979.

ZANELLA, Cristine Koehler; JÚNIOR, Edison José Neves. **As Relações Internacionais e o Cinema – Volume 2: Estado e Conflitos Internacionais**. 1 ed. Belo Horizonte: Fino Traço, 2016.